



POLÍCIA FEDERAL

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 1251037/2016-CAOP/DIREX/PF

Processo nº 08200.319733/2016-46

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

**1. OBJETO**

1.1 Contratação de organização de manutenção de produtos aeronáuticos certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) 145 para a prestação de serviços de manutenção aeronáutica, com fornecimento de peças, tendo por objetivo manter duas AERONAVES Cessna Grand Caravan C208B da frota da Coordenação de Aviação Operacional da Diretoria Executiva da Polícia Federal (CAOP) em plenas condições de aeronavegabilidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR ANUAL para as 02(duas) aeronaves	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
1	1	<b>APOIO TÉCNICO OPERACIONAL:</b> É o valor a ser pago à Contratada mensalmente pela prestação de serviços de Manutenção Aeronáutica compreendido em: Manutenção de Campo e Serviços Programados de Manutenção, conforme descrito no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.	12 (meses)	R\$ 504.000,00	<b>R\$ 1.665.804,00</b>
	2	<b>CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO:</b> É o valor a ser pago à Contratada mensalmente pela prestação do serviço de Controle Técnico de Manutenção conforme descrito no item 7.1.2 do Termo de Referência e na Cláusula Segunda do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.	12(meses)	R\$ 60.000,00	
	3	<b>SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO:</b> É o valor a ser pago por serviços de manutenção aeronáutica a serem prestados de forma eventual diretamente pela Contratada, conforme descrito no item 7.1.3 do Termo de Referência e na Cláusula Terceira do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.	400 (homem-hora por 12 meses)	R\$ 74.804,00	
	4	<b>SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES SUBCONTRATADOS:</b> É o valor a ser pago por serviços de manutenção aeronáutica a serem SUBCONTRATADOS, conforme descrito no item 7.1.3.1.2 e nas Cláusulas Nona do Termo de Referência e na Cláusula Terceira do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas. <b>Não haverá concorrência nesse item, devendo as empresas lançar o valor já fixado.</b>	12(meses)	R\$ 300.000,00	
	5	<b>RESSARCIMENTO PELO TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DO MECÂNICO:</b> Nos casos de necessidade de atendimento fora da base de Brasília/DF ou da sede da CONTRATADA, pelo mecânico da MANUTENÇÃO DE CAMPO, o valor referente à mão-de-obra está incluso no custo fixo mensal pago pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATANTE ressarcir a CONTRATADA os valores referentes ao transporte e hospedagem do mecânico. <b>Não haverá concorrência nesse item, devendo as empresas lançar o valor já fixado.</b>	12(meses)	R\$ 60.000,00	
	6	<b>FORNECIMENTO DE COMPONENTES:</b> É o valor a ser pago pelo fornecimento de componentes aeronáuticos pela Contratada, conforme descrito no subitem 15.1.2.4 do Termo de Referência. <b>Deverá ser lançado o valor percentual da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%) sobre o valor unitário (R\$ 500.000,00).</b>	12 (meses)	33,4% (R\$ 667.000,00)	

**2. JUSTIFICATIVA****2.1. Necessidade do Objeto**

2.1.1. Para cumprir a legislação aeronáutica e garantir uma operação segura a fim de que as aeronaves fiquem disponíveis para voo o máximo de tempo possível e assim alcançar o sucesso das missões policiais que demandem o seu emprego, será necessário licitar a contratação de empresa homologada pela ANAC para executar os serviços descritos neste Termo de Referência, haja vista que a CAOP não dispõe de servidores habilitados nem das ferramentas indispensáveis para manter a CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE DAS AERONAVES.

2.1.2. O Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica que trata das “Regras Gerais de Operação para Aeronaves Civis” (RBHA 91) estabelece no item 91.7(a) que “nenhuma pessoa pode operar uma aeronave civil, a menos que ela esteja em condições aeronavegáveis”. E a Subparte “E” do RBHA 91 que trata da manutenção, manutenção preventiva, modificações e reparos, estabelece no item 91.403(a) que “o proprietário ou o operador de uma aeronave é primariamente o responsável pela conservação dessa aeronave em condições aeronavegáveis”.

2.1.3. Nos termos do parágrafo primeiro do art. 1º do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, que “dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências”, “as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e **manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.**” (Grifos não constam do texto original)

2.1.4. O dever de prover a manutenção das aeronaves decorre de lei. Nesse sentido, dispõem os parágrafos 2º e 3º do art. 70 do Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565/86) que “§ 2º Todo explorador ou operador de aeronave deve executar ou fazer executar a manutenção de aeronaves, motores, hélices e demais componentes, a fim de preservar as condições de segurança do projeto aprovado” e “§ 3º A autoridade aeronáutica cancelará o certificado de aeronavegabilidade se constatar a falta de manutenção”.

## 2.2. **Dos benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação**

2.2.5. Com a contratação de organização de manutenção de produtos aeronáuticos certificada pela ANAC, que cumpra com os requisitos estabelecidos nos RBAC e RBHA aplicáveis, pretende-se manter a CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE DAS AERONAVES para possibilitar seu emprego em diversas ações policiais, tais como:

- 2.2.5.1. Operações de erradicação de cultivos ilícitos;
- 2.2.5.2. Transporte de efetivos e equipamentos nos grandes eventos;
- 2.2.5.3. Apoio às ações em regiões inóspitas dentro da Amazônia Legal.
- 2.2.5.4. Ações de patrulhamento preventivo, dissuasório e repressivo;
- 2.2.5.5. Resgates e transporte de feridos em casos de acidentes ou desastres;
- 2.2.5.6. Apoio na realização de perícias ambientais e outras;
- 2.2.5.7. Transporte e segurança de dignitários; e
- 2.2.5.8. Transporte de presos e escoltas.

2.2.6. Além do mencionado benefício sob o aspecto utilitário, a contratação também visa a benefícios de cunho patrimonial para a Administração Pública Federal, pois possibilitará a conservação das aeronaves contra eventual deterioração prematura por falta de manutenção e cuidados técnicos, buscando-se assim evitar o desperdício de recursos públicos investidos na aquisição destes bens de considerável valor econômico.

## 2.3. **Do agrupamento dos itens a serem contratados em um único grupo**

2.3.7. Há apenas um único grupo para atender ambas as AERONAVES, no qual se encontram agrupados os seis itens a serem contratados, que consistem em:

- APOIO TÉCNICO OPERACIONAL;
- CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO;
- SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO;
- SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES SUBCONTRATADOS;
- RESSARCIMENTO PELO TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DO MECÂNICO; e
- FORNECIMENTO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS.

2.3.8. Em que pese haver a possibilidade de fracionar o objeto da contratação em grupos e itens distintos ou, até, em certames licitatórios autônomos, como fora realizado nos processos realizados no ano de 2012 para os helicópteros Esquilo da frota da CAOP, verificou-se na prática que tal fracionamento não seria a opção mais vantajosa para a Administração.

2.3.9. A principal desvantagem do fracionamento é que os itens a serem contratados são interdependentes e o fracasso no processo de contratação autônoma de qualquer um deles prejudicaria a contratação dos demais, pois, a contratação de todos os itens contratados é condição *sine qua non* para a manutenção das condições de aeronavegabilidade dos aviões.

2.3.10. Por outro lado, o fracionamento dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, com a realização de licitações distintas para cada especialidade, poderia acarretar na celebração de inúmeros contratos diferentes, cada um tendo por objeto um aspecto específico da manutenção de uma mesma aeronave, tornando significativamente difícil a administração da manutenção das AERONAVES como um todo.

2.3.11. Nesse contexto, seria muito provável que ocorressem conflitos de interesse entre as diversas empresas contratadas, principalmente quando houvesse necessidade de se responsabilizar qualquer delas por vícios ou fatos dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, em razão de estarem todos eles relacionados ao mesmo objeto, ou seja, a manutenção das AERONAVES.

2.3.12. Da mesma forma, com a celebração de vários contratos de manutenção distintos, aumentar-se-ia a dificuldade de fiscalização da execução contratual devido à multiplicidade de localidades de prestação dos serviços, tornando ainda mais urgente o incremento do número de servidores para exercerem as atribuições de fiscais dos referidos contratos, particularmente porque a CAOP atualmente possui um quadro reduzido de servidores com formação em manutenção aeronáutica.

2.3.13. Além disso, deve-se considerar que os servidores lotados na CAOP acumulam atividades de pilotagem com atividades administrativas diversas, incluindo a fiscalização de contratos. Assim, o deslocamento de servidores de forma frequente, a fim de realizar a fiscalização dos serviços aqui propostos, pode prejudicar as demais funções por eles desempenhadas, principalmente as atividades-fim, ou seja, as de caráter operacional.

2.3.14. Consequentemente, para fazer face à ampliação da demanda de trabalho de fiscalização da execução de diversos instrumentos contratuais, seria necessário ampliar o número de profissionais contratados para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria aeronáutica para auxiliar os fiscais dos vários contratos de manutenção no desempenho de suas atribuições, de acordo com o previsto no art. 67, caput, *in fine*, da Lei n. 8.666/93.

2.3.15. Outrossim, é preciso considerar que a CAOP está sediada no Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek em Brasília/DF, onde estão lotados os servidores que atuarão como representantes da Administração, exercendo o múnus de fiscais dos contratos. Portanto, no caso de eventual contratação de várias empresas sediadas em outras localidades, isso fatalmente acarretaria em mais gastos com pagamento de diárias dos fiscais dos contratos e dos assessores de manutenção que acompanharão a execução dos serviços nas diversas oficinas, sem desconsiderar as despesas de traslado das aeronaves e transporte dos produtos aeronáuticos para os CENTROS DE SERVIÇOS, combustível para os voos de traslado de ida e volta, diárias das tripulações, dentre outros custos envolvidos.

2.3.16. Outra vantagem do agrupamento de todos os itens em um únicogrupo é a possibilidade de se reduzir custos, pois o apoio técnico operacional das duas AERONAVES poderá ser realizado por um só mecânico (técnico em manutenção aeronáutica) que possua todos os Certificados de Habilitação Técnica – CHT exigidos pela ANAC para realizar a manutenção de linha em aviões Cessna Grand Caravan C208B.

2.3.17. Dessa forma, por se tratar de serviços inter-relacionados, o agrupamento dos itens é economicamente vantajoso para a Administração. Além disso, é conveniente que tais serviços tenham um gerenciamento centralizado, de modo a evitar a prejudicialidade comentada nos parágrafos anteriores. Como afirmado, o eventual fracasso da contratação ou da execução correta da prestação dos serviços ou do fornecimento de produtos aeronáuticos, em separado dos demais serviços, poderia comprometer toda a contratação aqui almejada, acarretando sérios prejuízos à Administração, reveses financeiros e descontinuidade dos serviços operacionais das aeronaves.

2.3.18. Por essas razões, entende-se que os itens a serem contratados devem permanecer agrupados em um único grupo, pois essa é a melhor forma de administrar o contrato a ser celebrado e que possibilitará condições mais vantajosas à Administração, nos termos do art. 3º, § 3º da Instrução Normativa nº 002/2008-SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008 (IN 02/2008).

**2.4. Do tipo da licitação**

2.4.19. A licitação será na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor valor global por grupo**, formado por 06 (seis) itens, conforme tabela constante do anexo IV, devendo a licitante oferecer proposta para todos os itens, em razão das justificativas apresentadas no subitem anterior.

**2.5 Da natureza continuada do serviço**

2.5.1 Tendo em vista que a vigência do **Contrato nº 06/2017-COAP/DLOG/PF findará em 09/10/2017**, que a manutenção dos Grand Caravans é imprescindível para manter tais aeronaves em plenas condições de aeronavegabilidade, que a ausência da prestação do serviço a ser contratado acarretará a inviabilização da utilização de tais aeronaves, forçoso é reconhecer que se trata de um serviço de natureza contínua que visa atender a uma necessidade permanente da CAOP/DIREX/PF.

**3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

3.5. Manter as condições de aeronavegabilidade das aeronaves listadas abaixo:

- a. Cessna Grand Caravan C208B; ano de fabricação 2001; número de série 208903; prefixo PR-AAB; e
- b. Cessna Grand Caravan C208B; ano de fabricação 2001; número de série 208915; prefixo PR-AAC.

**4. DA CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EXISTENTE****4.6. O Planejamento estratégico da Polícia Federal**

4.6.20. Visa “implementar a cultura de planejamento estratégico, com base em cenários prospectivos e com o auxílio de ferramentas específicas e sistemas de informação, de modo a obter um fluxo contínuo de planejamento, flexível e voltado para o futuro, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.” Em suma, o planejamento estratégico é a primeira de várias ações estratégicas compreendidas no objetivo institucional de “fortalecer a cultura de gestão estratégica” visando “implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades”<sup>[1]</sup>.

4.6.21. A contratação dos serviços descritos neste Termo de Referência visa a manutenção da CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE DAS AERONAVES que é um dos pressupostos para que os dois aviões turboélices possam ser operados pela CAOP de forma segura, eficaz, eficiente e efetiva em proveito de várias atividades desenvolvidas pela PF que demandam esse meio de transporte aeropolicial.

**5. VIGÊNCIA**

5.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com eficácia a partir da data de publicação do extrato de contrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 (sessenta) meses, conforme redação do inciso II, art. 57, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

**6. HABILITAÇÃO (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA)**

6.7. O contratado deverá apresentar a seguinte documentação complementar:

6.7.22. Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando, pelo menos:

6.7.23. A execução satisfatória de 01 (um) um serviço de manutenção de inspeção de 200 (duzentas) horas de célula da aeronave Cessna Grand Caravan C208B, ou serviço de complexidade semelhante em aeronave de padrão e classe igual ou superior.

6.8. Apresentar registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada, para os serviços propostos de manutenção aeronáutica;

6.9. Possuir em seu quadro permanente de empregados uma equipe de técnicos em manutenção de produtos aeronáuticos, os quais prestarão os serviços descritos na Cláusula Primeira deste Termo de Referência, composta de, no mínimo:

6.9.24. 01 (um) Responsável Técnico – RT com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA que assuma a responsabilidade técnica pelos serviços realizados pela organização de manutenção de produtos aeronáuticos;

6.9.25. 02 (dois) Técnicos de Manutenção Aeronáutica, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido nos grupos moto propulsor (GMP) e célula (CEL) com curso de manutenção do motor e da célula das aeronaves descritas na Cláusula Terceira deste Termo de Referência, cadastrados junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme o item 43.7 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 43. É exigida desses profissionais a experiência mínima de 2 (dois) anos de serviços prestados no modelo das aeronaves cuja manutenção executará, podendo ser atestada por declaração emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado ou outras formas equivalentes;

6.9.26. 01 (um) Técnico de Manutenção Aeronáutica, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido no grupo aviônicos (AVI) com curso de manutenção do sistema elétrico da aeronave Cessna Grand Caravan C208B.

6.10. Os requisitos acima poderão ser cumulados em dois mecânicos que possuam Certificado de Habilitação Técnica (CHT) nos três grupos: moto propulsor (GMP), célula (CEL) e aviônicos (AVI) com curso de motor, célula e manutenção do sistema elétrico da aeronave Cessna Grand Caravan C208B.

6.11. A comprovação empregatícia, do item acima, far-se-á por meio de cópia autenticada da carteira profissional, contrato de trabalho devidamente registrado ou de outros meios juridicamente válidos para a demonstração de que possuem vínculo com a sociedade empresarial.

6.12. Apresentar certificado de organização de manutenção de produto aeronáutico contemplando as seguintes “Categorias” e “Classes” por AERONAVE, conforme previsto na seção 145.59 do RBAC 145: Categoria Célula, Classe 3 (aviões fabricados em estrutura metálica, com peso máximo de decolagem aprovado até 5670 kgf) e Categoria Motor, Classe 3 (motores a turbina).

6.12.27. Caso a organização de manutenção de produto aeronáutico esteja certificada segundo o RBHA 145, observar-se-á o disposto no parágrafo 145.1 (b)-I do RBAC 145. Neste caso, o Certificado de Homologação de Empresa (CHE), os Adendos ao CHE e suas Relações Anexas deverão contemplar os “Padrões” e “Classes” equivalentes, no que couber, às “Categorias” e “Classes” previstas no item 6.6 deste Termo de Referência.

6.13. Apresentar declaração, emitida pela CAOP, de vistoria de cada aeronave e seus documentos de registro e controle ou apresentar declaração de que se responsabiliza pelo conhecimento das condições das AERONAVES independentemente de realização da vistoria.

6.13.28. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o contratado poderá realizar vistoria nas AERONAVES e em seus documentos de registro e controle, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 09:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado e confirmado previamente pelo telefone (61) 2024-9542.

6.13.28.9. Caso o contratado não realize a vistoria, deverá emitir declaração de que se responsabiliza pelo conhecimento das condições das AERONAVES independentemente de realização da vistoria.

6.13.29. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital.

6.13.30. Para a vistoria, o contratado, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

6.14. As duas aeronaves ficarão baseadas, a princípio, no seguinte endereço:

**Coordenação de Aviação Operacional da Diretoria Executiva da Polícia Federal –**  
**CAOP/DIREX/PF**  
Aeroporto Internacional de Brasília – Setor de Hangares da Aviação Geral – Lotes 13/14 –  
Hangar da Polícia Federal.  
CEP 71608-900 – Brasília-DF

6.15. As comprovações relacionadas nesta Cláusula somente serão exigidas na sessão pública na fase de habilitação e não excluem outras exigidas no Edital.

## 7. ESPECIFICAÇÕES GERAIS DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS

7.16. O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA a ser contratado compreende os seguintes itens: APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO e SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO, todos especificados nesta Cláusula.

### 7.16.31. APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

7.16.31.10. O APOIO TÉCNICO OPERACIONAL compreende os serviços que serão cobertos pelo CUSTO FIXO MENSAL a ser pago à CONTRATADA. São eles: a MANUTENÇÃO DE CAMPO e os SERVIÇOS PROGRAMADOS DE MANUTENÇÃO conforme descrição detalhada que consta do Anexo III deste Termo de Referência.

7.16.31.11. Os serviços de manutenção relacionados no referido Anexo III, as intervenções decorrentes de discrepâncias apresentadas em operação, a aplicação de acessórios e a aplicação de qualquer boletim (Cessna ou Pratt & Whitney) serão efetuados de acordo com as normas e padrões da ANAC atendendo aos requisitos do RBAC nº 43, do RBAC nº 145 e do RBHA nº 91, bem como toda a legislação superveniente que for aplicável, incluindo as diretrizes técnicas dos fabricantes de cada aeronave e do(s) seu(s) motor(es).

7.16.31.12. A CONTRATANTE poderá acompanhar, diretamente ou por intermédio de técnico formalmente designado, qualquer intervenção decorrente da execução do contrato de manutenção das aeronaves.

7.16.31.13. Toda e qualquer intervenção de manutenção decorrente da execução do contrato, somente ocorrerá após a apresentação da Subcontratação de Serviço, definida no Anexo VI, seguindo os trâmites administrativos discriminados no Anexo VII deste Termo de Referência.

7.16.31.14. A CONTRATADA deverá zelar pela integridade das aeronaves durante a execução da manutenção sob pena de ser responsabilizada por quaisquer danos ou perdas que a mesma sofrer.

7.16.31.15. Nos casos de necessidade de atendimento fora da base de Brasília/DF ou da sede da CONTRATADA, pelo mecânico da MANUTENÇÃO DE CAMPO, o valor referente à mão-de-obra está incluso no CUSTO FIXO MENSAL pago pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATANTE ressarcir à CONTRATADA os valores referentes ao transporte e hospedagem do mecânico.

7.16.31.16. Os valores referentes ao transporte do mecânico terão como base as tarifas em classe econômica (maior desconto) da aviação comercial vigentes na data da contratação.

7.16.31.17. Em situações que atendam o disposto no item 26.1 deste Termo de Referência, para fins de economicidade, sempre que houver deslocamento das aeronaves da CONTRATANTE, o transporte do mecânico deverá ocorrer necessariamente com aproveitamento destes voos.

7.16.31.18. Adota-se, como limite máximo para o ressarcimento da hospedagem do mecânico da CONTRATADA, o valor estabelecido para pagamento de diárias ao servidor público civil da União, pela localidade de pernoite, referentes aos cargos de nível intermediário e auxiliar, conforme o Decreto nº 5992/2006. Não haverá concorrência nesse item, devendo as empresas lançar o valor já fixado.

7.16.31.19. Os produtos aeronáuticos CONSUMÁVEIS, definidos no Anexo I, estão inclusos no APOIO OPERACIONAL, não havendo cobrança a parte.

7.16.31.20. Os prazos previstos para execução dos serviços poderão ser prorrogados, com a concordância da CONTRATANTE, caso não haja disponibilidade de peças para a aplicação imediata.

7.16.31.21. O custo relativo ao combustível necessário ao traslado das aeronaves para o CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA, quando estas forem realizar as INSPEÇÕES PROGRAMADAS que não possam realizadas na sede da CONTRATANTE ou onde as aeronaves estiverem, será descontado da fatura referente ao mês da execução do serviço.

7.16.31.22. O custo relativo ao item anterior será estimado tomando por base a distância, em linha reta, entre a sede da CONTRATANTE e a localidade do CENTRO DE SERVIÇOS, a velocidade média e consumo médio de cruzeiro da aeronave a ser mantida e o preço do combustível para abastecimento das aeronaves da CONTRATANTE em Brasília/DF.

7.16.31.23. A CONTRATANTE informará os dados do item anterior à CONTRATADA, antes do início da execução de qualquer serviço no CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA.

### 7.16.32. CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO

7.16.32.24. Controle Técnico de Manutenção ou CTM é o serviço de acompanhamento dos produtos aeronáuticos controlados, do controle do cumprimento das Diretrizes Técnicas, das demais exigências pertinentes à legislação vigente, da atualização mensal de todas as cadernetas das AERONAVES e controle/atualização das publicações técnicas, inclusive o diário de bordo na parte relativa à discrepâncias, horas de célula, motor(es), ciclos e inspeções, conforme as especificações constantes do Anexo III;

7.16.32.25. O serviço de CTM realizado deverá ser apresentado mensalmente pela CONTRATADA sob a forma de relatórios computadorizados, apresentados impressos e/ou em mídia eletrônica;

7.16.32.26. O serviço de CTM está incluído no CUSTO MENSAL FIXO, devendo ser cobrado mensalmente, em fatura específica, separada do APOIO TÉCNICO OPERACIONAL.

### 7.16.33. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO

7.16.33.27. Os serviços eventuais são aqueles imprevisíveis quanto ao momento de sua necessidade e, devido às suas peculiaridades, estão descritos de forma mais detalhada na Cláusula Terceira do Anexo III deste Termo de Referência. Em razão do seu caráter ocasional, estes serviços não serão suportados pelo CUSTO FIXO MENSAL e, portanto, serão pagos por evento e sob demanda. São subdivididos em:

7.1.3.1.1. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO, a serem prestados diretamente pela CONTRATADA. Serão remunerados na forma de Homem/Hora, que é a unidade padrão adotada pelo mercado para cobrança de serviços de manutenção aeronáutica.

7.1.3.1.2. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES SUBCONTRATADOS, a serem subcontratados quando a CONTRATADA não possa executar o serviço por lhe faltar específica certificação ou homologação da ANAC para manutenção de determinado componente aeronáutico das aeronaves.

7.16.33.28. Tendo em vista o caráter eventual dos serviços não programados, sua execução deverá ser precedida de expressa autorização da CONTRATANTE, após análise do SMAN/CAOP/DIREX/PF, emitida em orçamentos próprios, conforme modelo do Anexo VI deste Termo de Referência.

7.16.33.29. OS SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES SUBCONTRATADOS serão executados de acordo com as disposições da Cláusula Oitava deste Termo de Referência.

### 7.17. FORNECIMENTO DE COMPONENTES AERONÁUTICOS:

7.17.34. Todos os componentes aeronáuticos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser originais ou recomendados pelo FABRICANTE.

7.17.35. Os produtos aeronáuticos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser entregues na Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, localizada no Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares da Aviação Geral – Hangar 13/14. CEP: 71608-900 - Brasília-DF.

7.17.36. No ato da entrega, os componentes aeronáuticos, de origem nacional ou estrangeira, deverão estar acompanhados das respectivas documentações comprobatórias de conformidade e rastreabilidade (formulário SEGVOO, FAA FORM, EASA FORM etc.).

7.17.37. A CONTRATANTE poderá, em qualquer época, requisitar os comprovantes de origem dos componentes aeronáuticos fornecidos pela CONTRATADA.

7.17.38. O valor dos produtos aeronáuticos terá como referência as listas de preços (*price list*) do respectivo FABRICANTE disponíveis para consulta no endereço eletrônico <http://www.cessnaparts.com/>. Poderá esse valor ser acrescido de percentual relativo à TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ou reduzido a partir de descontos oferecidos sobre os preços do FABRICANTE.

7.17.39. Os percentuais a serem cobrados no fornecimento dos produtos aeronáuticos serão aqueles advindos do resultado da concorrência, dependendo do valor a ser informado pelas empresas no campo correspondente da planilha estimativa de preços constante do Anexo IV deste Termo de Referência onde já deverão estar incluso os valores referentes à despesas com o frete, com o seguro relativo ao transporte, custos tributários, DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS e demais despesas diversas concernentes a: mão-de-obra especializada dos profissionais técnicos e administrativos, gastos com veículos próprios e de terceiros, desembaraços alfandegários, comunicação, autenticações, serviços de “freight forward” no Exterior, aluguel de escritório na área alfandegária, remunerações fixas e variáveis dos funcionários diretamente envolvidos nos processos de conferência, envio e recebimento das PEÇAS e COMPONENTES para reparo no Brasil ou no Exterior, negociadores, processadores de documentação, embalagens especiais, depósitos alfandegários, inspeção e conferência da rastreabilidade dos COMPONENTES, bem como os custos relacionados à administração das garantias dos COMPONENTES juntos aos FORNECEDORES originais.

7.17.40. Qualquer alteração superveniente na lista de preços (*price list*) do FABRICANTE, que venha a ocorrer durante a vigência do contrato, deverá ser prévia e formalmente comunicada à CONTRATANTE, sob pena de não produzir efeito em relação às solicitações posteriores.

7.17.41. No fornecimento de produtos aeronáuticos à base de EXCHANGE, o procedimento será o mesmo adotado para os demais produtos aeronáuticos, considerando-se a avaliação para a base de troca no mercado.

7.17.42. A ocorrência do ADDITIONAL BILLING será admitida mediante comprovação por meio de laudo técnico de responsabilidade da CONTRATADA, a ser submetida à avaliação da CONTRATANTE.

7.17.43. A CONTRATADA é responsável pelo material que compõe as embalagens dos produtos aeronáuticos por ela fornecidos, devendo notificar a CONTRATANTE sempre que forem empregadas substâncias que requerem procedimentos especiais de manuseio ou descarte.

7.17.44. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do contrato será comunicado pela CONTRATANTE ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

7.17.45. Para faturamento dos produtos aeronáuticos, caso estes sejam de origem estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

7.17.46. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

## 8. DOS SERVIÇOS COMUNS

8.18. Para os efeitos da Lei 10.520/2002 e do Decreto 5.450/2005, são considerados serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

8.19. No caso dos serviços descritos no Termo de Referência, não resta dúvida de que é plenamente possível seu enquadramento como serviços comuns, notadamente porque os padrões de desempenho e qualidade dos serviços a serem contratados já se encontram prévia e objetivamente descritos no documento. Além disso, os serviços a serem contratados constam dos manuais de manutenção e dos demais documentos técnicos emitidos pelo fabricante das AERONAVES. Ademais, a atividade desenvolvida pela contratada durante o planejamento e a execução dos serviços contratados deverá cumprir com os requisitos previstos na regulamentação emitida pela autoridade aeronáutica.

8.20. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

8.21. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 9. SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS

9.22. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30 % (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

9.22.47. Será permitida subcontratação de terceiros para prestação de serviços especializados que a CONTRATADA não possa executar, por lhe faltar específica homologação da ANAC, tais como revisão geral de motor ou hélice.

9.23. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.

9.24. Antes de efetuar subcontratação de terceiros, no Brasil ou no Exterior, a CONTRATADA deverá solicitar autorização específica da CONTRATANTE, apresentando, no ato, orçamento do serviço a ser subcontratado.

9.25. Antes de autorizar a subcontratação, a CONTRATANTE realizará pesquisa de mercado com fornecedores distintos para avaliar a economicidade da subcontratação.

9.26. A CONTRATANTE recusará orçamentos em que forem verificados valores incompatíveis com os praticados pelo mercado.

9.27. Os custos referentes ao transporte e seguro de produtos aeronáuticos que a CONTRATADA terá de suportar para realizar o serviço por meio de subcontratação serão repassados à CONTRATANTE e constarão da fatura dos serviços, que também deverá trazer anexo com os comprovantes das referidas despesas.

9.28. Para faturamento dos serviços subcontratados, caso estes sejam realizados por empresa estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

9.29. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9.30. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## 10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.31. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 11. LOCAÇÃO E REPARO DE PRODUTOS AERONÁUTICOS

11.32. Caberá à CONTRATADA, quando solicitada, apresentar à CONTRATANTE, alternativas de aquisição de produtos aeronáuticos em caráter de aluguel, caso seja a opção mais adequada para se evitar a indisponibilidade de qualquer aeronave descrita na Cláusula Terceira deste Termo de Referência.

11.33. Caso exista a alternativa de aluguel, a CONTRATADA submeterá o orçamento à CONTRANTE e, se for por este aprovado, a CONTRATADA responsabilizar-se-á como locatária perante o fornecedor, e repassará à CONTRATANTE os custos e todas as responsabilidades decorrentes do contrato firmado com o locador, mediante as devidas comprovações, observando-se as disposições da Cláusula Oitava deste Termo de Referência, por se tratar de subcontratação.

11.34. O serviço de reparo de produtos aeronáuticos, quando necessário e conveniente à CONTRATANTE, será realizado na forma dos SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO, seja de forma direta pela CONTRATADA, seja por subcontratação (quando lhe faltar homologação específica para tanto), de acordo com as regras estabelecidas nesse Termo de Referência.

11.35. Para o faturamento dos serviços de locação e reparo de componentes, caso estes sejam de origem estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

11.36. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

11.37. Os produtos aeronáuticos que apresentarem defeitos deverão ser substituídos pela CONTRATADA no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a comunicação da CONTRATANTE, desde que disponíveis no estoque da CONTRATADA ou no mercado nacional

## **12. GARANTIA DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PRESTADOS OU SUBCONTRATADOS E DOS PRODUTOS AERONÁUTICOS FORNECIDOS PELA CONTRATADA**

12.38. A CONTRATADA emitirá, por ocasião do faturamento, certificado de garantia com validade de 90 (noventa) dias ou 100 (cem) horas de voo dos serviços por ela executados ou subcontratados, independentemente do local de execução.

12.39. Todo e qualquer custo proveniente da administração da garantia dos serviços prestados ou subcontratados, tais como fretes, impostos, serviços de exclusão e reposição de materiais defeituosos, despesas com deslocamento de equipes, comunicação, entre outros, será por conta e responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

12.40. A garantia de produtos aeronáuticos fornecidos pela CONTRATADA ficará subordinada às condições impostas pelo fabricante ou fornecedor do produto aeronáutico.

12.41. A CONTRATADA responderá pela garantia dos produtos aeronáuticos aplicados por empresa subcontratada para prestar SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES SUBCONTRATADOS, nos mesmos prazos e condições fornecidas pela subcontratada.

12.42. A garantia dos produtos aeronáuticos se dará mediante a substituição do item defeituoso, exceção se faz se comprovado for pela CONTRATADA que o problema do produto aeronáutico se deu operação ou manuseio inadequado por parte da CONTRATANTE.

## **13. LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

13.43. A CONTRATADA deve considerar a cidade de Brasília/DF como a principal Base de Operações da CAOP.

13.44. No entanto, a CONTRATADA poderá cumprir as inspeções mandatórias de até 200 (duzentas) horas, exclusive, e efetuar a manutenção de linha e a correções de discrepâncias dos dois aviões turboélices tanto em Brasília/DF como em qualquer outra parte do Território Nacional, e eventualmente até em países da América do Sul, quando assim for solicitado pela CONTRATANTE e desde que previamente autorizado pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e pelas demais autoridades competentes no local em que o serviço tiver de ser executado.

13.45. A CONTRATANTE providenciará hangaragem ou local apropriado para as aeronaves em caso de necessidade de manutenção fora da oficina da CONTRATADA e comunicará formalmente a esta o lugar onde ela deverá realizar os serviços, apresentando a autorização do representante legal ou proprietário do local disponibilizado.

13.46. Somente nas dependências da oficina da CONTRATADA poderão ser cumpridas inspeções de 200 (duzentas) horas e outras intervenções de manutenção de maior complexidade cuja execução não seja tecnicamente recomendável executar fora da sede da empresa de manutenção pelas suas peculiaridades.

## **14. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

14.47. As especificações técnicas previstas para a realização dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA estão descritas no Anexo III deste Termo de Referência, intitulado Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

## **15. ESTIMATIVA DE CUSTO**

15.48. A estimativa de custo para o SERVIÇO DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA será realizada com base na previsão de utilização das aeronaves descrita na Cláusula Terceira deste Termo de Referência, para o prazo de vigência de 12 (doze) meses, com eficácia a partir da data de publicação do extrato de contrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 (doze) meses. Os custos com o SERVIÇO DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA compreendem:

15.48.48. CUSTO FIXO MENSAL: É o valor a ser pago mensalmente à CONTRATADA pela prestação dos serviços de APOIO TÉCNICO OPERACIONAL e do CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO, descritos na Cláusula Primeira e Segunda do Anexo III deste Termo de Referência. No valor do CUSTO FIXO MENSAL deverão estar incluídos todos os valores dos tributos, encargos decorrentes da execução dos serviços e a previsão de todas as inspeções previstas de motor e célula que ocorrerão na vigência do contrato.

15.48.48.30. Para compor a estimativa do valor do CUSTO FIXO MENSAL, será utilizada como base de cálculo a média de horas de voo de 600 (seiscentas) horas/ano por aeronave.

15.48.49. CUSTO VARIÁVEL: É o valor a ser provisionado para pagamento de manutenções passíveis de acontecer, mas que devido a seu caráter eventual, não são suportados pelo custo fixo mensal. Os custos variáveis abarcam os:

15.48.49.31. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO são os serviços prestados de forma eventual diretamente pela CONTRATADA, medidos na forma do Homem-Hora trabalhado, os quais serão objeto de disputa no certame. Estima-se a quantidade de 400 (quatrocentos) homens-horas anualmente para atender às 02 (duas) AERONAVES. A quantidade de homens-hora é estimada, dessa forma, em 200 (duzentos) homens-horas anuais para cada aeronave, e cerca de 16 (dezesseis) homens-horas a cada 30 (trinta) dias para cada aeronave. Uma pesquisa de pane (por exemplo, no sistema elétrico ou nos aviônicos) ou outras intervenções (as quais estão listadas, mas não limitadas, na Cláusula Terceira – Serviços Eventuais de Manutenção – do Anexo III deste Termo de Referência) pode necessitar de vários homens-hora para a solução do problema, razão pela qual entende-se compatível o total estimado de 400 (quatrocentos) homens-hora.

15.48.49.32. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES SUBCONTRATADOS são os serviços dos quais a CONTRATADA não possa executar diretamente, por lhe faltar específica homologação da ANAC para tanto, ou ainda, a locação de COMPONENTE aeronáutico. Este valor NÃO SERÁ objeto de disputa no certame licitatório e está estimado em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil Reais), apenas para fins de composição do valor global do CONTRATO. Informações adicionais sobre a subcontratação de serviços eventuais e locação de COMPONENTES constam nas Cláusulas Oitava e Nona deste Termo de Referência. Justifica-se o referido quantum de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil Reais) tendo em vista a experiência desta SMAN/CAOP/DIREX/PF, assim como a grande especialização dos serviços de natureza aeronáutica (observando-se que podem existir poucas ou somente uma, oficina de manutenção homologada para determinado serviço), tais como a inspeção de componentes, certificação de peças, revisão de equipamentos, consertos de maneira geral, dentre outras, para atendimento às duas aeronaves.



15.48.49.33. RESSARCIMENTO PELAS DESPESAS COM TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DO MECÂNICO, referente aos serviços de MANUTENÇÃO DE CAMPO fora da base Brasília. As despesas foram estimadas em 20 (vinte) dias e dois bilhetes de ida e volta por mês, para o mecânico da MANUTENÇÃO DE CAMPO da CONTRATADA. Foram considerados, apenas para fins de estimativa e inclusão orçamentária, a diária de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para hospedagem e o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) para os bilhetes de ida e volta. Estimou-se, assim, o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para o ressarcimento com despesas de transporte e hospedagem dos mecânicos da CONTRATADA.

15.48.49.34. FORNECIMENTO DE PEÇAS, que são as peças e componentes necessários à operação e à manutenção da aeronavegabilidade das aeronaves. Estima-se em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) o gasto anual com peças. Ao valor das peças, constante do *price-list* do FABRICANTE, pode ser acrescida a TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ou desconto no percentual resultante da concorrência, conforme previsto no item 8.2.5 deste Termo de Referência. Justifica-se o referido *quantum* de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil Reais) apresentado tendo em vista o emprego para duas aeronaves Caravan C208, a experiência desta SMAN/CAOP/DIREX/PF, bem como o fato de que as peças são, em sua maioria, de fabricação estrangeira (com cotação em moedas estrangeiras) e de elevada tecnologia, fatores que agregam valor aos citados produtos aeronáuticos. Há, ainda, a necessidade de substituição de peças por tempo (calendária) ou por consumo de horas de voo (este de acordo com a demanda solicitada à unidade aérea). A título de exemplo, uma bateria alcança o valor de cerca de R\$ 15.000,00 (quinze mil Reais), um pneu chega a R\$ 4.000,00 (quatro mil Reais) e um conjunto de hélice pode atingir a quantia de R\$100.000,00 (cem mil Reais). O valor indicado ainda se baseia na imprevisibilidade da ocorrência de discrepâncias (panes e/ou defeitos que resultem na substituição de componentes) ou mesmo de incidentes (toque da hélice em objetos no solo e aves em voo etc). O item 06 foi estimado com o valor estabelecido para peças (R\$ 500.000,00) acrescido de taxa de administração de 33,4% (R\$ 167.000,00) obtida a partir da pesquisa de preços anexada aos autos do procedimento.

## 16. DOS PRAZOS

16.49. A CONTRATADA deverá fornecer o Relatório de Discrepâncias, com o respectivo orçamento, para realização do serviço de manutenção corretiva, a partir da análise do mecânico da MANUTENÇÃO DE CAMPO.

16.50. O SMAN/CAOP/DIREX/PF terá prazo máximo contratual de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento para emitir parecer técnico aprovando ou rejeitando o orçamento apresentado pela CONTRATADA.

16.51. A CONTRATADA terá prazo máximo contratual de 04 (quatro) dias corridos, a contar do recebimento da socontratação do SMAN/CAOP/DIREX/PF, para apresentar no local situado no Território Nacional onde a aeronave estiver, pessoal e equipamentos adequados à intervenção de manutenção exigida, desde que previamente autorizadas pela ANAC, ou justificar a impossibilidade de cumprimento do prazo acima.

16.52. O fiscal do contrato terá prazo máximo contratual de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento, para atestar as Notas Fiscais (Faturas) e enviá-las ao órgão competente da CONTRATANTE para fins de liquidação e pagamento.

16.53. Os prazos para as Inspeções Horárias de Célula e Motor Programadas, maiores ou iguais a 100 (cem) horas, serão os seguintes:

16.53.50. As inspeções horárias menores que 200 (duzentas) horas serão efetuadas no prazo de 05 (cinco) dias corridos;

16.53.51. As inspeções horárias de 200 (duzentas) horas ou maiores serão realizadas no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

16.53.52. Os produtos aeronáuticos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a formalização da socontratação, desde que disponíveis no estoque da CONTRATADA ou no mercado nacional.

## 17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

17.54. Caberá à CONTRATADA observar, além das responsabilidades resultantes das disposições contidas nas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, e dos Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005, as seguintes regulamentações pertinentes aos serviços a serem prestados:

17.54.53. Cumprir os prazos estipulados neste Termo de Referência, do Edital da contratação e do Contrato, bem como aqueles constantes em sua proposta comercial;

17.54.54. Informar à CONTRATANTE, com antecedência, a DATA LIMITE e o WORKSCOPE relativo a qualquer SERVIÇO DE MANUTENÇÃO AERONÁUTICA que envolva tempo maior que três (3) dias para a sua execução e que torne indisponível a aeronave.

17.54.55. Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes do orçamento devidamente aprovado;

17.54.56. Garantir, na execução dos serviços, a utilização somente de produtos aeronáuticos genuínos e equipamentos indicados pelo fabricante da aeronave;

17.54.57. Fornecer os produtos aeronáuticos dentro das especificações e/ou condições constantes na Socontratação de fornecimento de produto aeronáutico;

17.54.58. Submeter à fiscalização da CONTRATANTE, quando solicitado, os serviços executados;

17.54.59. Refazer os serviços ou substituir os produtos aeronáuticos considerados inadequados pela CONTRATANTE, desde que tecnicamente justificado;

17.54.60. Cobrar os serviços conforme orçamento aprovado seguindo as demais condições descritas;

17.54.61. Manter seus funcionários devidamente uniformizados no local de trabalho, quando em serviço;

17.54.62. Comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

17.54.63. Informar previamente qualquer alteração no quadro técnico de funcionários indicados na Cláusula Sexta deste Termo de Referência. A troca ou substituição de qualquer técnico acarretará obrigatoriamente a necessidade de comunicação prévia ao Fiscal do Contrato e apresentação de documentação comprobatória da capacitação técnica e de treinamento do novo técnico que executará os serviços previstos neste Termo de Referência, cumprindo o disposto na referida cláusula;

17.54.64. Refazer em igual prazo de execução, contado a partir da comunicação, os serviços que forem rejeitados tecnicamente pela CONTRATANTE;

17.54.65. Substituir, nos prazos e condições indicados no item 11.6 desse Termo de Referência, os produtos aeronáuticos que apresentarem defeitos ou que não tenham sido os socontratados pela CONTRATANTE;

17.54.66. Manter-se durante toda a execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, bem como todas as condições de habilitação de seus técnicos e qualificações exigidas inicialmente;

17.54.67. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATADA;

17.54.68. Orientar seus empregados a manter sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tomem conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a Polícia Federal, durante e após a prestação dos serviços, sujeitando-se a aplicação das sanções civis e penais pelo descumprimento;

17.54.69. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceita pela boa técnica;

17.54.70. Executar de forma adequada a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

17.54.71. Aceitar, nas mesmas condições contratuais originais, os acréscimos e supressões que se fizerem nos serviços de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato de acordo com o art. 65, I, da Lei 8.666/93;

17.54.72. Permanecer durante toda a vigência do Contrato com o seu Manual de Gerenciamento de Segurança Operacional (MGSO) aprovado e em consonância com as normas referentes à prevenção de acidentes aeronáuticos e segurança de voo, conforme prevê a Resolução Nº106 da ANAC, de 30 de junho de 2009 e no RBHA 145;

17.54.73. Receber a Auditoria de Segurança Operacional, em sua oficina, quando solicitada pela CONTRATANTE, para verificar a validade de seu MGSO;

17.54.74. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados por culpa ou dolo às aeronaves e a terceiros, quando decorrentes da falha na prestação dos serviços ou dos componentes fornecidos;

17.54.75. Garantir pronto atendimento às aeronaves descritas na Cláusula Terceira deste Termo de Referência, devendo o mecânico que compõe a equipe técnica do APOIO OPERACIONAL prestar os serviços prioritariamente àquelas aeronaves da CONTRATANTE, tendo em vista não haver obrigatoriedade de mão de obra exclusiva para execução deste contrato;

17.54.76. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação;

17.54.77. Substituir, quando solicitado por escrito e tecnicamente justificado pela CONTRATANTE, qualquer profissional que estiver prestando o serviço objeto deste Termo de Referência, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado.

17.54.78. Respeitar os protocolos de execução da garantia do fabricante das aeronaves, a serem informados pela CONTRATANTE no início da vigência contratual, sob pena de ser responsabilizada pelos custos decorrentes de eventual quebra da cobertura da garantia oferecida pelo fabricante.

17.54.79. Montar e analisar os gráficos de tendências extraídos do sistema de manutenção preditiva instalado na aeronave pelos técnicos da MANUTENÇÃO DE CAMPO.

17.54.80. Manter um estoque mínimo de produtos aeronáuticos para garantir o maior índice de disponibilidade possível das AERONAVES, conforme previsto no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS.

17.54.81. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;

17.54.82. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

17.54.83. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993;

17.55. Caberá à CONTRATANTE, além das disposições contidas no art. 67 da Lei nº 8.666/93, as seguintes obrigações pertinentes aos serviços objeto deste Termo de Referência:

17.55.84. Anotar as alterações relacionadas com a segurança de voo fazendo as recomendações pertinentes e propondo à CONTRATADA prazo para regularizá-las;

17.55.85. Efetuar diligência nas dependências da oficina da licitante vencedora do certame para verificar se a mesma está devidamente homologada pela ANAC e tecnicamente habilitada para executar os referidos serviços de manutenção aeronáutica e constatar se os técnicos indicados para executar os referidos serviços possuem as devidas habilitações, conforme exigido na Cláusula Sexta deste Termo de Referência;

17.55.86. Permitir acesso de funcionários da CONTRATADA, devidamente credenciados, às dependências da CAOP, a dados e informações necessários ao desempenho das atividades previstas;

17.55.87. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço que venham a ser socontratados pelos empregados da CONTRATADA;

17.55.88. Solicitar formalmente a execução de serviços específicos não abrangidos pelo APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, conforme modelo do Anexo V deste Termo de Referência;

17.55.89. Solicitar formalmente o fornecimento de produto aeronáutico, conforme modelo do Anexo V deste Termo de Referência;

17.55.90. Informar à CONTRATADA, com uma semana de antecedência, quando possível, os serviços não contemplados pelo APOIO TÉCNICO OPERACIONAL que deverão ser executados na próxima inspeção e a data provável da realização desta;

17.55.91. Disponibilizar, caso necessário, local para guardar ferramentais da CONTRATADA no hangar da CONTRATANTE, caso ela não disponha de dependências próprias em Brasília/DF;

17.55.92. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

17.55.93. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

17.55.94. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.55.95. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

17.55.96. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

17.55.97. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

## 18. OBRIGAÇÕES GERAIS

18.56. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Federal para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência;

18.57. É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca dos serviços executados pela CONTRATANTE nas aeronaves descritas na Cláusula Terceira deste Termo de Referência, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.

## 19. ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

19.58. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada em todos os seus termos em conformidade com a Instrução Normativa nº. 51/2011-DG/PF, de 23 de dezembro de 2011, publicada no Boletim de Serviço da PF nº 246, de 26 de dezembro de 2011, que “Regulamenta o acompanhamento, a fiscalização e o controle dos contratos previstos no art. 67 da Lei nº 8.666/93 no âmbito da Polícia Federal.”, doravante denominada como “IN 51/2011”.

19.59. A fiscalização da execução do contrato consiste em um conjunto de procedimentos voltados ao acompanhamento da execução do ajuste, de forma a verificar, desde a assinatura do instrumento contratual até o término de sua vigência ou equivalente, o efetivo cumprimento das condições pactuadas e a conformidade da prestação dos serviços contratados, devendo tal múnus ser desempenhado por representantes da Administração especialmente designados na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, do art. 6º do Decreto nº 2.271/97 e dos arts. 10, 11 e 12, e seus parágrafos, da IN 51/2011.

19.60. Além das previstas no art. 17 da IN 51/2011, são atribuições do fiscal do contrato:

19.60.98. Verificar se a execução do CONTRATO está realizada conforme previsto no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO;

19.60.99. Verificar a conformidade dos produtos aeronáuticos a serem utilizados na execução do contrato bem como a documentação fornecida pela CONTRATADA que comprove sua rastreabilidade e contenha a relação detalhada dos mesmos, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

19.60.100. Registrar as ocorrências e não conformidades verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.



19.61. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato deverão ser encaminhadas, em tempo hábil e pela via hierárquica, ao Gestor do Contrato para adoção das medidas cabíveis.

19.62. O Fiscal de Contrato anotará em registro próprio toda ocorrência relacionada à prestação dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, consoante o art. 67 da Lei nº 8.666/93.

19.63. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do Contrato.

19.64. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/1993.

## 20. ATESTO DOS SERVIÇOS

20.65. O atesto dos serviços prestados e dos produtos aeronáuticos fornecidos pela CONTRATADA caberá ao Fiscal de Contrato ou a outro servidor designado por intermédio de portaria para esse fim.

## 21. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

21.66. A qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será aferida pelo tempo de disponibilidade para voo de cada aeronave relacionada na Cláusula Terceira.

21.67. Havendo descumprimento do ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS, sem que a CONTRATANTE tenha concorrido para a causa ou que esta sobrevenha de fato comprovadamente alheio ao controle da CONTRATADA, o pagamento do SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO OPERACIONAL referente à respectiva aeronave será ajustado conforme o ÍNDICE TRIMESTRAL DE DISPONIBILIDADE DE VOO DA AERONAVE.

21.68. A verificação será realizada mensalmente, considerando o período de 3 (três) meses anteriores à medição, a fim de haver período de tempo razoável para a CONTRATADA realizar os ajustes necessários à consecução do nível proposto. Portanto não haverá medição nos 2 (dois) primeiros meses do CONTRATO.

21.69. A tabela abaixo discrimina o ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS para o período de pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação do extrato do CONTRATO no Diário Oficial da União, em caso de prorrogação da vigência, serão acrescidos 0,5 (cinco décimos), uma única vez, nos limites máximos e mínimos de cada faixa de ajuste, permanecendo válidos todos os demais critérios e parâmetros de ajuste no pagamento do SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO OPERACIONAL por descumprimento do ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS.

Indicador do grupo da contratação	
ÍNDICE TRIMESTRAL DE DISPONIBILIDADE DE VOO DAS AERONAVES	
Item	Descrição
<b>Finalidade</b>	Garantir o maior índice de disponibilidade possível da AERONAVE, sem comprometimento d segurança de voo.
<b>Meta a cumprir</b>	Índice de disponibilidade maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento).
<b>Instrumento de medição</b>	Planilha de acompanhamento da disponibilidade das AERONAVES.
<b>Forma de acompanhamento</b>	O fiscal de contrato fará a verificação diária da disponibilidade de cada aeronave.
<b>Periodicidade</b>	Mensal, avaliando os últimos três meses
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	$N^{\circ}$ de dias disponibilidade no trimestre/Número de dias do trimestre = X
<b>Início de Vigência</b>	Data de publicação do extrato do contrato no DOU.
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Se X maior que 0,75 → 100% do valor do APOIO OPERACIONAL da AERONAVE, p mês seguinte ao do cálculo.</li> <li>X de 0,70 a 0,75 → 95% do valor do APOIO OPERACIONAL da AERONAVE, para o seguinte ao do cálculo.</li> <li>X de 0,65 a 0,70 → 90% do valor do APOIO OPERACIONAL da AERONAVE, para o seguinte ao do cálculo.</li> <li>X de 0,60 a 0,65 → 85% do valor do APOIO OPERACIONAL da AERONAVE, para o seguinte ao do cálculo.</li> <li>X de 0,50 a 0,60 → 75% do valor do APOIO OPERACIONAL da AERONAVE, para o seguinte ao do cálculo.</li> <li>X menor que 0,50 → 65% do valor do APOIO OPERACIONAL da AERONAVE, para seguinte ao do cálculo.</li> </ul>
<b>Observações</b>	Admite-se justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que pod ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou alheios ao controle da CONTRATADA. art. 33, § 1º, da IN nº 02/2008-SLTI/MPOG).

**22. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

22.70. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

23.71. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

23.71.101. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

23.71.102. ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.71.103. fraudar na execução do contrato;

23.71.104. comportar-se de modo inidôneo;

23.71.105. cometer fraude fiscal;

23.71.106. não manter a proposta.

23.72. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

23.72.107. ddivertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

23.72.108. multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

23.72.109. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

23.72.110. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

23.72.111. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Polícia Federal, pelo prazo de até dois anos;

23.72.112. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

23.72.113. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.73. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

23.73.114. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.73.115. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.73.116. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.74. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

23.75. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

23.76. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**24. DAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

24.77. A Empresa deverá observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental.

24.78. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pelo Contratante ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

**25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.79. Quando for necessário o transporte do mecânico (técnico em manutenção aeronáutica) da CONTRATADA em voos de traslado ou em voos de verificação de componentes e sistemas, este deverá ser previamente autorizado pelo Chefe do Serviço de Operações Aéreas da CAOP ou pelo Coordenador da CAOP.

**26. ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA**

26.80. Fazem parte do presente Termo de Referência os seguintes documentos:

- ANEXO I – DEFINIÇÃO DE EXPRESSÕES EMPREGADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
- ANEXO II – JUSTIFICATIVAS PARA ALGUNS REQUISITOS ESPECÍFICOS DO TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO III – CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
- ANEXO IV – PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA A MANUTENÇÃO DE GRAND CARAVANS.
- ANEXO V – MODELO DE FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO/MATERIAL UTILIZADO PELO SMAN/CAOP/DIREX/PF
- ANEXO VI – MODELO DE FORMULÁRIO DE ORÇAMENTO DE SERVIÇOS QUE A CONTRATADA DEVERÁ UTILIZAR.
- ANEXO VII - FLUXOGRAMA DE TRÂMITE DA DOCUMENTAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS/PRODUTOS AERONÁUTICOS.
- ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA.

Brasília/DF, 10 de outubro de 2017.

Elaborado por:

**JULIO CESAR RIBEIRO JANSEN**  
Agente de Polícia Federal  
1º Classe

**JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC**  
*Delegado de Polícia Federal*  
**Chefe do Serviço de Manutenção de Aeronaves -Substituto - SMAN/CAOP/DIREX/PF**

*Aprovo o presente Termo de Referência a fim de atender às necessidades da CAOP, devidamente justificadas no item 2, de acordo com o inciso II e §1º do art. 9º do Decreto nº 5.450/2005.*

**WELLINGTON SOARES GONÇALVES**  
*Delegado de Polícia Federal*  
**Coordenador de Aviação Operacional**

**ANEXO I**

**DEFINIÇÃO DE EXPRESSÕES EMPREGADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA**

- ADDITIONAL BILLING é o custo adicional cobrado sobre o valor básico do EXCHANGE para compensar o FORNECEDOR nos casos em que o gasto para recuperação ou substituição do COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO for excessivamente oneroso ou antieconômico.
- AERONAVE significa qualquer uma das aeronaves turboélice monomotor modelo Cessna Grand Caravan C208B, ano de fabricação 2001, (i) número de série 208903, marcas de nacionalidade e matrícula PR-AAB; e (ii) número de série 208915, marcas de nacionalidade e matrícula PR-AAC.
- ANAC é Agência Nacional de Aviação Civil.
- AOG significa *Aircraft on Ground*, a designação utilizada para indicar que a AERONAVE não está apta a voar em razão de alguma pendência de ordem legal (por exemplo, falta de seguro aeronáutico obrigatório válido e em vigor) ou até que as manutenções técnicas cabíveis sejam realizadas para mantê-la em operação normal de voo, no estado de segurança exigido pela AUTORIDADE AERONÁUTICA. Para efeito deste TERMO DE REFERÊNCIA, serão consideradas AOG as situações em que a AERONAVE apresentar problemas com COMPONENTES “NO GO” ou “GO IF”.
- APOIO TÉCNICO OPERACIONAL é o conjunto de atividades suportadas pelo CUSTO FIXO MENSAL e que deverão ser prestadas pela CONTRATADA visando à manutenção da CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE da AERONAVE, abrangendo a MANUTENÇÃO DE CAMPO e os SERVIÇOS PROGRAMADOS DE MANUTENÇÃO, todos descritos no ANEXO III deste Termo de Referência.
- AUTORIDADE AERONÁUTICA é a Autoridade da Aviação Civil (ANAC ou CTA) no Brasil responsável pela administração da aviação civil.
- BER - “Beyond Economical Repair” é a situação em que o custo de reparo de um determinado COMPONENTE é inviável economicamente ou irrecuperável. De acordo com o parágrafo único do art. 3º do decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, “o material considerado genericamente inservível, para a repartição, órgão ou entidade que detém sua posse ou propriedade, deve ser classificado como: (...) b) recuperável - quando sua recuperação for possível e orçar, no âmbito, a cinquenta por cento de seu valor de mercado; c) antieconômico - quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência”. Para os efeitos deste Termo de Referência, considera-se BER o COMPONENTE cujo custo de reparo for maior que 50% (cinquenta por cento) do valor de um COMPONENTE novo de acordo com o “Price List” do FABRICANTE.
- BOLETIM DE SERVIÇO é o documento emitido pelo FABRICANTE criando, cancelando ou modificando procedimentos de manutenção e/ou operação da AERONAVE. No tocante à sua implementação, um BOLETIM DE SERVIÇO pode ser de caráter opcional, recomendado ou obrigatório.
- CAOP é a Coordenação de Aviação Operacional da DIREX/PF.
- CENTRO DE SERVIÇOS é a oficina de manutenção ou outra instalação física da CONTRATADA, homologada pela AUTORIDADE AERONÁUTICA de acordo com as normas aeronáuticas vigentes, detentora de um CHE válido e equipada com todo ferramental necessário, onde serão realizados SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO preventiva e corretiva na AERONAVE e seus COMPONENTES que, por sua natureza, complexidade, necessidade de equipamentos especiais ou ainda por determinação da AUTORIDADE AERONÁUTICA, não puderem ser efetuados pelo técnico responsável pela MANUTENÇÃO DE CAMPO.
- CHE significa Certificado de Homologação de Empresa. O CHE é emitido pela ANAC e atesta a homologação da empresa segundo o RBHA 145, definindo os padrões e classes nos quais ela está homologada para prestar serviços de manutenção aeronáutica.
- COAD é a Coordenação de Administração da DLOG/PF.
- COMPONENTE é sinônimo de PRODUTO AERONÁUTICO e significa toda e qualquer peça, combinação de peças, subjunção ou unidades, inclusive de motores, que exercem uma função distinta, necessária para a operação de um ou mais sistemas da AERONAVE e para os quais existe procedimento de reparo economicamente viável. Todo COMPONENTE a ser utilizado neste programa deverá possuir a DOCUMENTAÇÃO aplicável.
- COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO é o COMPONENTE, novo ou usado, em condição aeronavegável, pronto para instalação nas AERONAVES.
- COMPONENTE “GO IF” é o COMPONENTE especificado na MEL com restrições e condições a serem atendidas para o despacho das AERONAVES.

- COMPONENTE “NO GO” é o COMPONENTE especificado na MEL como essencial para a AERONAVEGABILIDADE e para a operação regular da AERONAVE, e que, quando inoperante, torna inaceitável o nível segurança de voo. A falha em um COMPONENTE “NO GO” faz com que a AERONAVE fique sem condições para trafegar e, portanto não disponível para despacho, salvo mediante autorização especial da AUTORIDADE AERONÁUTICA, quando tecnicamente possível.
- COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO é um COMPONENTE que se tornou sem condição de uso ou que precisa ser retirado da AERONAVE para conserto, revisão ou descarte, dependendo do caso.
- CONAMA é o Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE (AERONAVEGABILIDADE) é o estado obrigatório de segurança exigido pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para manter a AERONAVE em operação normal de voo, exceto se de outra forma especificado neste Termo de Referência. A responsabilidade da CONTRATADA em manter a CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE da AERONAVE se restringe à prestação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO mencionados neste Termo de Referência, de acordo com o escopo dos mesmos.
- CONSUMÁVEIS são os itens de consumo, necessários para as atividades da equipe técnica quando da realização dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, mas que não sejam COMPONENTES controlados de aplicação na AERONAVE nem óleos lubrificantes, tais como: graxas, spray de limpa contatos, arames de freio, panos de limpeza e outros.
- CONTRATADA é a pessoa jurídica com a qual será celebrado o futuro Contrato de Prestação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, elaborado com base no presente TERMO DE REFERÊNCIA, observado o devido processo licitatório.
- CONTRATANTE é a Polícia Federal, cuja sede está situada no SAS Quadra 6, Lotes 9/10, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 00.394.494/0014-50, Brasília – DF, CEP 70037-900;
- CONTRATO significa o contrato administrativo a ser firmado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA após o processo licitatório, cujo teor constará da minuta anexada ao edital do certame.
- CTM significa Controle Técnico de Manutenção e engloba as atividades descritas na Cláusula 2 do Anexo III do Termo de Referência.
- CUSTO FIXO MENSAL é a contrapartida a ser cobrada mensalmente da CONTRATANTE pela prestação do APOIO TÉCNICO OPERACIONAL e pelo CTM, cujos serviços estão descritos no ANEXO III do Termo de Referência.
- DATA LIMITE significa a data limite, a ser definida e informada pela CONTRATADA, para início da execução de um determinado WORKSCOPE na AERONAVE, seja ele em virtude do cumprimento do PLANO DE MANUTENÇÃO da AERONAVE, seja em razão do vencimento de uma tarefa de MANUTENÇÃO PROGRAMADA ou de uma tarefa de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA (prevista nas PUBLICAÇÕES TÉCNICAS emitidas pelo FABRICANTE). Se, por falha de procedimento da CONTRATADA ocorrer o vencimento de qualquer manutenção que somente possa ser realizada no CENTRO DE SERVIÇOS, a CONTRATADA deverá assessorar a CONTRATANTE para obter uma autorização especial de traslado junto à ANAC, bem como realizar tarefas eventualmente necessárias para que o referido traslado seja realizado em segurança.
- DESCARTÁVEIS são os itens irrecuperáveis ou que não são passíveis de reparo.
- DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS são os custos indiretos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da CONTRATADA com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, gastos calculados mediante incidência de um percentual sobre o somatório da remuneração, encargos sociais e trabalhistas, insumos de mão-de-obra e insumos diversos, tais como as despesas relativas a: i) funcionamento e manutenção da sede, tais como aluguel, água, luz, telefone, o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, dentre outros; ii) pessoal administrativo; iii) material e equipamentos de escritório; iv) supervisão de serviços; e v) seguros.
- DIRETRIZ DE AERONAVEGABILIDADE (“DA” ou “AD”) é a publicação da AUTORIDADE AERONÁUTICA que notifica os proprietários ou operadores de aeronaves, bem como autoridades de homologação estrangeiras e outras pessoas interessadas, sobre condições inseguras que existem ou podem se desenvolver em um determinado tipo de aeronave, bem como descreve e impõe as ações corretivas cabíveis para permitir a continuação da operação daquela aeronave.
- DIREX é a Diretoria Executiva do PF.
- DLOG é a Diretoria de Administração e Logística Policial do PF.
- DOCUMENTAÇÃO é todo e qualquer documento exigido pelo FABRICANTE ou pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para operação e manutenção da AERONAVE e/ou COMPONENTE, incluindo etiqueta de utilização de COMPONENTES, formulário SEGVÓO 003, certificado de conformidade, documentos pertencentes aos sistemas principais da AERONAVE, certificado de aeronavegabilidade, certificado de registro, registro de manutenção incorporados no “logbook” das AERONAVES e nos “logbooks” de seus motores e as etiquetas associadas aos COMPONENTES, indicando a idade da AERONAVE e dos COMPONENTES, bem como histórico de dados de tempo decorrido e o histórico de dados ou peças com tempo de reparo atingido, sempre que aplicável.
- DOU é Diário Oficial da União.
- PF é a Polícia Federal.
- ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE significa o hangar da CONTRATANTE localizada no aeroporto internacional de Brasília setor de hangares da aviação geral, lotes 13/14, Brasília, DF, CEP 71608-030.
- EXCHANGE é a permuta, realizada com fulcro no art. 14 do Decreto nº 99.658/90, de um COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO de propriedade da CONTRATANTE por um COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO fornecido pela CONTRATADA.
- FABRICANTE significa o fabricante das AERONAVES, no caso, a *Cessna Aircraft Company*.
- FORNECEDOR é o fabricante ou o fornecedor de COMPONENTES aplicáveis aos serviços descritos neste Termo de Referência.
- HORA DE VOO (FH) é o tempo decorrente entre o momento em que a AERONAVE sai do solo na decolagem até o momento em que ela tocar novamente o solo na aterrissagem, considerando todo e qualquer voo realizado pela AERONAVE.
- IAM significa a inspeção anual de manutenção da AERONAVE.
- INCIDENTE AERONÁUTICO é toda ocorrência, inclusive de tráfego aéreo, associada à operação da AERONAVE, que não chegue a caracterizar como um acidente, mas que afete ou possa afetar a segurança da operação.
- INSPEÇÃO HORÁRIA é a intervenção de MANUTENÇÃO PROGRAMADA que ocorre em intervalos calculados com base no número de HORAS DE VOO e/ou de CICLOS DE VOO.
- INSPEÇÃO CALENDÁRICA é a intervenção de MANUTENÇÃO PROGRAMADA que ocorre em intervalos calculados com base na data de fabricação da aeronave ou COMPONENTE ou no tempo decorrido desde a última INSPEÇÃO CALENDÁRICA.
- MANUAL DE MANUTENÇÃO é a publicação técnica desenvolvida e publicada pelo FABRICANTE que contém as técnicas, os procedimentos e as recomendações de como executar as tarefas de manutenção da AERONAVE.
- MANUTENÇÃO DE CAMPO são os serviços de manutenção preventiva e corretiva, programados ou não programados, que em razão de sua menor complexidade podem ser prestados pela equipe de técnicos descrita no item 6.2 da Cláusula Sexta do TERMO DE REFERÊNCIA e que poderão, portanto, ser realizados fora do CENTRO DE SERVIÇOS, respeitando-se os limites impostos pela AUTORIDADE AERONÁUTICA.
- MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA significa a manutenção que não tem intervalos definidos e é realizada para correção de uma falha evidente, suspeita de mau funcionamento e/ou de um defeito na AERONAVE ou em um de seus sistemas ou COMPONENTES, de acordo com as PUBLICAÇÕES TÉCNICAS ou quaisquer manuais de reparo emitidos pelo FABRICANTE da AERONAVE ou de um de seus sistemas. As atividades de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA a serem realizadas pela CONTRATADA limitar-se-ão às atividades que a CONTRATADA está homologada a realizar de acordo

com seu Certificado de Homologação de Empresa ("CHE"). A CONTRATADA poderá, caso não esteja homologada para execução, subcontratar uma atividade de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA, de acordo com as condições descritas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

- MANUTENÇÃO PROGRAMADA significa a manutenção realizada em intervalos definidos para manutenção da AERONAVE segundo recomendações do FABRICANTE, através de inspeção sistemática, detecção e substituição ou reparo de COMPONENTES ou itens CONSUMÍVEIS ou DESCARTÁVEIS, ajuste, calibração, e quaisquer tarefas recomendadas segundo as PUBLICAÇÕES TÉCNICAS emitidas pelo FABRICANTE da AERONAVE, incluindo, para fins deste TERMO DE REFERÊNCIA, a realização das IAMS.
- MEL significa *Minimum Equipment List*, lista baseada na MMEL e validada pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para a CONTRATANTE indicando itens e equipamentos que deverão estar operantes para realização de voo sob condições específicas. Para esclarecimento, em caso de divergência entre a MEL e a MMEL, prevalecerá a primeira.
- MMEL (*Master Minimum Equipment List*) é a Lista Geral de Equipamento Mínimo para a AERONAVE, isto é, é uma lista elaborada pelo próprio fabricante da AERONAVE.
- OFICINA TERCEIRIZADA: significa a oficina aeronáutica, homologada e certificada pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para executar serviços que a CONTRATADA possa subcontratar.
- OFÍCIO significa o documento a ser emitido pela CONTRATANTE para circulação com qualquer COMPONENTE que for enviado pela CONTRATANTE à CONTRATADA para os fins execução de serviços relacionados ao CONTRATO.
- OPERADOR é a própria CONTRATANTE ou outro que ela venha a especificar, responsável pela operação da AERONAVE.
- PARTES são a CONTRATADA e o CONTRATANTE.
- PEÇAS são todas e quaisquer peças, combinação de peças, subjunção ou unidades, inclusive de motores, que exercem uma função distinta, necessária para a operação de um ou mais sistemas da AERONAVE. São também denominadas de COMPONENTES.
- PLANO DE MANUTENÇÃO DA AERONAVE é o plano de manutenção da AERONAVE definido pelo FABRICANTE com as revisões aplicáveis que mencionam as tarefas e intervalos definidos para a manutenção da AERONAVE para se alcançar as CONDIÇÕES DE AERONAVEGABILIDADE.
- PRODUTO AERONÁUTICO é sinônimo de COMPONENTE.
- RBAC é Regulamento Brasileiro de Aviação Civil.
- RBHA é Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica.
- REPRESENTANTES DA CONTRATADA são os mecânicos de manutenção aeronáutica empregados pela CONTRATADA no APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, detentores dos certificados de habilitação de célula e do grupo moto-propulsor e qualificados pela CONTRATADA como inspetores de manutenção para poder autorizar o retorno da AERONAVE ao serviço, após o cumprimento de inspeções de até 200 (duzentas) horas de voo, exclusive, previstas no PLANO DE MANUTENÇÃO DAS AERONAVES.
- SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO são os serviços necessários à manutenção da AERONAVE, que, pelo seu caráter eventual, não devem ser incluídos no CUSTO FIXO MENSAL, podendo ser divididos em: Serviços Eventuais de Manutenção, a serem prestados diretamente pela CONTRATADA, e Serviços Eventuais de Manutenção e Locação de Peças e Componentes, a serem subcontratados.
- SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO são as inspeções, pesquisa de pane, revisão, reparo, os trabalhos gerais de manutenção programada e não programada que devem ser executados ou providenciados pela CONTRATADA na AERONAVE e em seus COMPONENTES, conforme o PLANO DE MANUTENÇÃO DA AERONAVE. Os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO compreendem os serviços relacionados ao CUSTO FIXO MENSAL, delimitados no capítulo DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, e os relacionados aos EVENTOS, a serem contratados POR EVENTO.
- SERVIÇOS PROGRAMADOS DE MANUTENÇÃO compreendem todos os serviços programados de motor e célula, exceto as revisões gerais dos motores.
- SLL (*Service Limit Life*) é o tempo limite de serviço de todo COMPONENTE que possui tempo de vida útil limitado e que deve ser removido no tempo correto ou antes de atingir o tempo especificado.
- SLTI/MPOG é a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- SUBCONTRATAÇÃO é a contratação de outras pessoas ou empresas pela CONTRATADA para atendimento a pontos específicos deste TERMO DE REFERÊNCIA, dentro dos limites estabelecidos pela CONTRATANTE.
- TAXA DE ADMINISTRAÇÃO significa a taxa de *markup* incidente no fornecimento de PEÇAS e COMPONENTES. Sua finalidade é ressarcir a CONTRATADA das despesas com o frete e seguro relativo ao transporte desses materiais.
- TBO ("Time Between Overhaul") é o número de HORAS DE VOO que podem ser realizadas por um componente entre cada revisão geral de manutenção.
- TSN ("Time Since New") é o número de HORAS DE VOO de um COMPONENTE, acumuladas desde a sua fabricação.
- TSO ("Time Since Overhauled") é o número de HORAS DE VOO de um COMPONENTE desde a sua última revisão geral de manutenção.
- VISTORIA PRÉVIA significa a vistoria da AERONAVE a ser realizada pelas empresas interessadas em participar do certame licitatório para verificação do estado da AERONAVE antes da entrega de suas propostas de preço.
- VISTORIA INICIAL significa a vistoria da AERONAVE a ser realizada pela CONTRATADA, após assinatura do CONTRATO e antes do início da prestação dos SERVIÇOS, para verificação do estado da AERONAVE.
- WORKSCOPE significa escopo de trabalho, que é a relação dos SERVIÇOS de MANUTENÇÃO apontados pela CONTRATADA como sendo os necessários e/ou obrigatórios para uma determinada parada de MANUTENÇÃO PROGRAMADA ou MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA. A CONTRATADA deverá sempre informar a CONTRATANTE a DATA LIMITE para início de um WORKSCOPE, sendo a CONTRATANTE responsável, sob pena da AERONAVE ficar não aeronavegável, pelo traslado da AERONAVE até o CENTRO de SERVIÇO ou disponibilização da mesma aos técnicos do APOIO TÉCNICO OPERACIONAL da CONTRATANTE até tal DATA LIMITE.

Brasília/DF, 10 de outubro de 2017.

## **ANEXO II**

### **JUSTIFICATIVAS PARA ALGUNS REQUISITOS ESPECÍFICOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Seguem as justificativas para cada um dos requisitos estabelecidos na Cláusula Sexta do Termo de Referência.

*"6.2. Apresentar registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada, para os serviços propostos de manutenção aeronáutica:"*

A Lei 8.666/93, no art. 30, inciso I, dispõe que a empresa interessada na contratação deverá apresentar registro ou inscrição na entidade profissional competente para fins de comprovação da qualificação técnica. Já a Lei 6839/80 assim prescreve:

*"Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros."*

Assim, o requisito acima é decorrente de exigências legais.

*"6.3. Possuir em seu quadro permanente de empregados uma equipe de técnicos em manutenção de produtos aeronáuticos, os quais prestarão os serviços descritos na Cláusula Primeira deste Termo de Referência, composta de, no mínimo:*

*6.3.1. 01 (um) Responsável Técnico – RT com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA que assuma a responsabilidade técnica pelos serviços realizados pela organização de manutenção de produtos aeronáuticos;"*

Trata-se de exigência contida no item 145.51(a)(5)-III do RBAC 145<sup>[1]</sup>, estabelecendo que, para requerer sua certificação perante a ANAC, as organizações de manutenção localizadas no Brasil devem apresentar documento que comprove o seu registro no CREA da região e que comprove que a organização possui ao menos um profissional aceito pelo CREA como seu RT com atribuição para manutenção de produtos aeronáuticos.

Destarte, o requisito ora estabelecido é oriundo de exigência da agência reguladora da aviação civil brasileira.

*"6.3.2. 02 (dois) Técnicos de Manutenção Aeronáutica, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido nos grupos moto propulsor (GMP) e célula (CEL) com curso de manutenção do motor e da célula das aeronaves descritas na Cláusula Terceira deste Termo de Referência, cadastrados junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme o item 43.7 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 43. É exigida desses profissionais a experiência mínima de 2 (dois) anos de serviços prestados no modelo das aeronaves cuja manutenção executará, podendo ser atestada por declaração emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado ou outras formas equivalentes;"*

Trata-se de previsão do mínimo necessário para a execução dos serviços de manutenção aeronáutica que se pretende contratar, já que é necessário pelo menos um mecânico sempre à disposição, mediante acionamento, para executar os serviços de manutenção relativos ao APOIO OPERACIONAL, especialmente os da MANUTENÇÃO DE CAMPO. São necessários dois mecânicos, pois normalmente estes são empregados em regime de revezamento, e, por outro lado, existe a virtual necessidade de viagens a serviço, afastamentos em razão de férias, compensação de horas extras etc. A exigência de experiência mínima de 2 (dois) anos deve-se à constatação de que as aeronaves são equipamentos bastante complexos e há a previsão de que sejam realizados atendimentos fora de base, fatos que demandam conhecimento prévio e experiência mínima do mecânico da manutenção de campo, que, por vezes, atuará sozinho, sem o apoio que normalmente é encontrado dentro da oficina.

*"6.3.3. 01 (um) Técnico de Manutenção Aeronáutica, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido no grupo aviônicos (AVI) com curso de manutenção do sistema elétrico do modelo da aeronave cuja manutenção executará;"*

É necessário que a organização de manutenção de produtos aeronáuticos disponha de, pelo menos, um técnico especialista em aviônicos em seus quadros de empregados, vez que, eventualmente, será necessária a prestação de serviços relacionados a essa especialidade nas aeronaves.

*"6.6. Apresentar certificado de organização de manutenção de produto aeronáutico conforme o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 145 contemplando as seguintes categorias e classes por AERONAVE: Categoria Célula: Classe 3 (aviões fabricados em estrutura metálica, com peso máximo de decolagem aprovado até 5670 kgf) e Categoria Motor, Classe 3 (motores a turbina).."*

São as categorias e classes que compreendem os serviços que deverão ser executados pela organização de manutenção de produtos aeronáuticos a ser contratada, levando-se em consideração o material de fabricação, motorização, tipo de hélices, aviônicos e outras características das aeronaves, conforme classificação constante no item 145.59 do RBAC 145.

*"6.7. Apresentar declaração, emitida pela CAOP, de vistoria de cada aeronave e seus documentos de registro e controle ou apresentar declaração de que se responsabiliza pelo conhecimento das condições das aeronaves independentemente realização de vistoria."*

Tal requisito visa dar conhecimento pleno às empresas interessadas da situação de cada aeronave, buscando garantir a segurança da contratação e evitar a alegação de desconhecimento das condições das aeronaves por parte das licitantes e, portanto, mitigar a necessidade de aditamento ou reequilíbrio contratual.

#### **A seguir, as justificativas para a possibilidade de subcontratação prevista na Cláusula Nona do Termo de Referência.**

Ocasionalmente, pode acontecer que dois ou mais COMPONENTES da mesma aeronave (por exemplo, um indicador de atitude e um transceptor de comunicação de rádio VHF) apresentem, simultaneamente, problemas no seu funcionamento. Nessa hipótese, a ação corretiva normalmente adotada é a desinstalação dos COMPONENTES SEM CONDIÇÃO DE USO para envio a oficinas especializadas, providas com laboratórios de eletrônica e bancadas de testes específicas para diagnosticar as causas do mau funcionamento e corrigir os defeitos.

O procedimento de envio de COMPONENTES SEM CONDIÇÕES DE USO para oficinas especializadas é o mais recorrente porque a empresa homologada pela ANAC para efetuar a desinstalação e reinstalação de COMPONENTES nem sempre estará também homologada para executar os serviços de conserto (revisão ou reparo) dos mesmos.

Com efeito, devido ao fato de os serviços de manutenção de aeronaves em geral serem bastante diversificados e complexos, exigindo alto grau de especialização técnica dos profissionais que os executam, além de um considerável investimento para se homologar uma oficina de manutenção que cumpra com os requisitos estabelecidos pela ANAC, é comum haver segregação das especialidades de manutenção aeronáutica entre as diversas empresas do ramo, com o objetivo de aumentar a eficiência e reduzir custos.

No caso específico das aeronaves, é provável que não exista no mercado uma única organização de manutenção de produtos aeronáuticos que seja capaz de se desincumbir sozinha da totalidade dos serviços de manutenção e que tenha capacidade de executar, diretamente e com recursos próprios, todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva da célula, dos motores, dos conjuntos rotativos e dos aviônicos que as equipam.

Diante dessa peculiar realidade do mercado de manutenção aeronáutica, a única alternativa para se evitar a subcontratação seria o fracionamento da manutenção de cada aeronave segundo as diversas especialidades. Como já exposto no item 2.4 e subitens da Cláusula Segunda do Termo de Referência, o fracionamento dos itens a serem contratados, incluído aí o APOIO OPERACIONAL, seria desvantajoso para a administração.

Todos os aspectos acima mencionados visam a demonstrar que a subcontratação acaba se impondo para não inviabilizar a manutenção das aeronaves. O limite de 30% (trinta por cento) tem sido a praxe nos contratos de manutenção de aeronaves no âmbito da CAOP, sendo considerado suficiente para abarcar a grande maioria dos eventos com potencial de indisponibilizar as aeronaves.

#### **Seguem as justificativas para enquadramento dos serviços a serem contratados como comuns para fins do disposto no art. 4º do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005**

Para os efeitos da Lei 10.520/2002 e do Decreto 5.450/2005, são considerados serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

No caso dos serviços descritos no Termo de Referência, não resta dúvida de que é plenamente possível seu enquadramento como serviços comuns, notadamente porque os padrões de desempenho e qualidade dos serviços a serem contratados já se encontram prévia e objetivamente descritos no documento. Além disso, os serviços a serem contratados constam dos manuais de manutenção e dos demais documentos técnicos emitidos pelo fabricante das AERONAVES. Ademais, a atividade desenvolvida pela contratada durante o planejamento e a execução dos serviços contratados deverá cumprir com os requisitos previstos na regulamentação emitida pela autoridade aeronáutica.

#### **Concluindo, seguem as justificativas para o acordo de nível de serviços**

Em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, fica instituído, conforme a Cláusula Vigésima Segunda do Termo de Referência, o Acordo de Nível de Serviço, com base no índice trimestral de disponibilidade das aeronaves, medido de forma mensal.

A metodologia escolhida se deveu a necessidade de estabelecimento de critérios objetivos, sendo as condições estipuladas para a consecução desses serviços, aqueles considerados razoáveis, tendo em vista a experiência haurida nas operações da atual frota de asas fixas da CAOP.

O índice de disponibilidade, referente aos dias em que cada aeronave estiver disponível para o voo, é critério usual do mercado aeronáutico, servindo para medir a qualidade dos serviços prestados.

Assim, será realizado um cálculo para a obtenção de um índice de disponibilidade, que incidirá no valor a ser devido pelo CUSTO MENSAL FIXO, a ser verificado mensalmente, de acordo com a fórmula constante da Cláusula Vigésima do Termo de Referência.

**Seguem as justificativas para exigir a execução satisfatória de 01 (um) um serviço de manutenção de inspeção de 200 (duzentas) horas de célula da aeronave Cessna Grand Caravan C208B, ou serviço de complexidade semelhante em aeronave de padrão e classe igual ou superior.**

As especificações exigidas para os bens licitados observam as noções de razoabilidade e economicidade para a administração frente à finalidade de utilização pretendida ao considerar tal solicitação a partir da análise de fatos pretéritos ocorridos em contratos de manutenção firmados entre a própria Polícia Federal e empresas de manutenção aeronáutica para a prestação do referido serviço.

Constata-se que, ao exigir a execução satisfatória de 01 (um) um serviço de manutenção de inspeção de 200 (duzentas) horas de célula da aeronave Cessna Grand Caravan C208B, ou serviço de complexidade **semelhante em aeronave de padrão e classe igual ou superior**, o interesse seria verificar a capacidade da empresa de manutenção em aplicar, de forma eficiente, as qualificações e habilitações técnicas já confirmadas pela Autoridade Aeronáutica competente (Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC) ao emitir os certificados de organização de manutenção de produto aeronáutico contemplando as “Categorias” e “Classes” por AERONAVE, e exigidas no contrato, conforme previsto na seção 145.59 do RBAC 145.

Ressalta-se que a exigência se abrange também aos serviços realizados em outras aeronaves fora do âmbito da CAOP, demonstrando que essas especificações poderão ser atendidas por outras empresas prestadoras de serviço de manutenção, mesmo que não realizem serviços em aeronaves do mesmo modelo utilizado pela Polícia Federal, descaracterizando assim qualquer tipo de direcionamento. Tal complementação torna-se ainda mais importante ao constatar o ocorrido no contrato de manutenção das aeronaves caravan desta Coordenação de Aviação Operacional, no qual a Empresa Algar Aviation, encerrou as atividades no primeiro semestre de 2017 após formalizar que não tinha interesse em prorrogar o contrato nº 060/COAD/DLOG/DPF por não ter condições de realizar as manutenções das aeronaves caravan desta coordenação frente as condições e valores existentes. Diante da impossibilidade de prorrogação, e para que as atividades operacionais desta coordenação se mantivessem, foi necessário um contrato emergencial com outra empresa.

Por fim, foram analisados outros contratos de manutenção de aeronaves de asa fixa e rotativa desta Coordenação, todos utilizam tal exigência como instrumento de análise técnica, o que demonstrou, até então, ser uma boa prática, com resultados satisfatórios para a administração pública e sem ferir o princípio da isonomia.

Brasília/DF, 10 de outubro de 2017.

### ANEXO III

#### CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

##### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA: APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Compreendem os seguintes serviços, compondo o *Custo Fixo Mensal*:

###### 1.1. MANUTENÇÃO DE CAMPO

1.1.1. São os serviços de manutenção preventiva e corretiva, programados ou não programados, que em razão de sua menor complexidade podem ser prestados pela equipe de técnicos descrita no item 7.1.1.1 da Cláusula Sétima do Termo de Referência e que poderão, portanto, ser realizados fora do CENTRO DE SERVIÇOS;

1.1.2. A MANUTENÇÃO DE CAMPO será realizada por um técnico da CONTRATADA, em regime de plantão permanente. Sendo necessária a presença de outro técnico da CONTRATADA, pela natureza do serviço ou devido à limitação de jornada de trabalho, a CONTRATADA enviará o outro técnico na forma do SERVIÇO EVENTUAL DE MANUTENÇÃO, sendo remunerado pelo valor de homem-hora e havendo o ressarcimento de despesas com hospedagem e transporte, conforme o item 7.1.1.6 da Cláusula Sétima do Termo de Referência.

1.1.3. A equipe ou o técnico necessário, em regime de plantão permanente, executará todas as atividades inerentes a manutenção de campo, quais sejam: inspeções de pré-voo; inspeções de inter-voo; inspeções de pós-voo; assistência técnica nos acionamentos do(s) motor(es); assistência técnica nas saídas (incluindo acompanhamento da aeronave durante abastecimento) e chegadas dos voos (incluindo movimentação da aeronave para hangaragem); cumprimento de todas as manutenções preventivas previstas no que lhe couber; correção das discrepâncias encontradas e acompanhamento a bordo nos voos de traslado quando necessário; *download* e *upload* dos dados do sistema de manutenção preditiva instalado nas aeronaves após o último voo do dia;

1.1.4. Os produtos aeronáuticos CONSUMÁVEIS, definidos no Anexo I, estarão inclusos no APOIO OPERACIONAL, não havendo cobrança à parte.

1.1.5. Se for necessário atendimento fora da base da CONTRATANTE em Brasília/DF, que dure mais de 15 (quinze) dias, e houver necessidade de troca de integrantes da equipe técnica da MANUTENÇÃO DE CAMPO dentro do período da primeira quinzena, a CONTRATADA arcará com as despesas de transporte para essa primeira troca. Se forem necessárias mais substituições de integrantes após a primeira quinzena, devido à duração da missão, os custos referentes ao transporte serão ressarcidos pela CONTRATADA, conforme o item 7.1.1.6.

1.1.6 A equipe ou o técnico que prestará a manutenção de campo deverá estar pronto para prestar o atendimento às aeronaves nos horários informados previamente pelo SMAN/CAOP/DIREX/PF de acordo com a demanda das missões policiais;

1.1.7. O mecânico durante a jornada de trabalho permanecerá devidamente identificado e trajando uniforme fornecido pela Contratada;

1.1.8. Quando por discrepância ou por motivo de regulamentação aeronáutica for necessária uma intervenção de manutenção das aeronaves que não for da competência de algum integrante da equipe da Manutenção de Campo, a Contratada deverá providenciar o técnico necessário para a solução do problema e os seus serviços serão pagos no valor de homem/hora;

1.1.9. A CONTRATADA será responsável ainda pelas despesas de fretes, seguros, impostos e outras referentes ao transporte de peças, materiais e equipamentos da aeronave que necessitem de reparo ou avaliação fora da localidade em que a manutenção estiver sendo executada, devendo tal custo ser repassado ao CONTRATANTE mediante comprovação;

1.1.10. Quando este tipo de serviço for realizado em localidade de difícil acesso, a CONTRATADA deverá apresentar o técnico na cidade de acesso mais próximo onde estiver a aeronave no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e a CONTRATANTE, assim que possível, providenciará o transporte do técnico e dos produtos aeronáuticos a serem aplicados até o local onde se encontra a aeronave;

1.1.11. O prazo acima poderá ser prorrogado mediante justificativa apresentada pela Contratada ao SMAN/CAOP/DIREX/PF;

1.1.12. A Contratada deverá cumprir todas as DIRETRIZES DE AERONAVEGABILIDADE emitidas pelo fabricante da aeronave ou pela Autoridade Aeronáutica competente que contemple o modelo de aeronave em referência e/ou seus componentes;

1.1.13. As DIRETRIZES DE AERONAVEGABILIDADE de caráter Recomendado e/ou Opcional deverão ser encaminhadas ao SMAN/CAOP/DIREX/PF para análise e definição do custo benefício de sua aplicabilidade;



1.1.14. A Contratada deverá apresentar ao SMAN/CAOP/DIREX/PF um orçamento prévio discriminando o tempo previsto para a execução e os produtos aeronáuticos a serem fornecidos;

1.1.15. O custo referente ao cumprimento das DIRETRIZES DE AERONAVEGABILIDADE estará coberto pelo valor fixo mensal se puder ser executado por algum técnico da MANUTENÇÃO DE CAMPO;

1.1.16. Se o técnico da MANUTENÇÃO DE CAMPO não puder executar o serviço acima mencionado, por motivos técnicos e/ou legais, a CONTRATADA deverá apresentar orçamento detalhado com número de homem/horas previsto para sua execução, limitada ao número de homem/horas sugerido pelo fabricante, ou de orçamento detalhado de terceiro a ser subcontratado, especificando, em ambos os casos, o valor total e motivo pelo qual o serviço não poderá ser executado pelo técnico da MANUTENÇÃO DE CAMPO.

1.1.17. Os serviços de manutenção aeronáutica relacionados neste Anexo e a aplicação de acessórios e de qualquer boletim serão efetuados de acordo com as normas e padrões da ANAC, atendendo aos requisitos dos RBHA e RBAC aplicáveis, bem como toda a legislação superveniente que for aplicável, incluindo as diretivas técnicas dos fabricantes das aeronaves e do(s) seu(s) motor(es) e serão acompanhados pelo SMAN/CAOP/DIREX/PF.

## **1.2. SERVIÇOS PROGRAMADOS DE MANUTENÇÃO**

Compreendem todos os serviços programados de manutenção de motor e célula, exceto a revisão geral do(s) motor(es) que deverá ser objeto de orçamento específico ou contratada em processo licitatório autônomo. São discriminadas a seguir:

**1.2.1. INSPEÇÕES HORÁRIAS DE CÉLULA E MOTOR:** São todas as inspeções calculadas com base no número de horas de voo, constantes nos Manuais de Manutenção de Célula da(s) aeronaves e do(s) seu(s) motor(es).

**1.2.2. INSPEÇÕES CALENDÁRICAS DE CÉLULA E MOTOR:** São todas as inspeções calculadas com base em intervalos cronológicos entre si, constantes nos Manuais de Manutenção de Célula da(s) aeronaves e do(s) seu(s) motor(es).

**1.2.3. INSPEÇÃO ANUAL DE MANUTENÇÃO - IAM:** É a inspeção anual obrigatória que está prevista na seção 91.409 do RBHA 91.

**1.2.4. REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE COMPONENTES DE VIDA ÚTIL CONTROLADA:** É o serviço necessário para se efetuar as revisões obrigatórias nos componentes das aeronaves.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA: CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO**

2.1. É o serviço de acompanhamento dos produtos aeronáuticos controlados, do cumprimento das Diretivas Técnicas, das demais exigências pertinentes à legislação vigente, da atualização mensal de todas as cadernetas das aeronaves e controle/atualização das publicações técnicas, inclusive o diário de bordo na parte relativa à discrepâncias, horas de célula, motor, ciclos e inspeções. Para a realização do serviço de controle técnico, o SMAN/CAOP/DIREX/PF e os mecânicos da manutenção da Contratada disponibilizarão ao CTM, os seguintes dados:

2.1.1. Horas de voo, acionamentos e pousos;

2.1.2. Discrepâncias apresentadas;

2.1.3. Informações sobre serviços de manutenção realizados, tais como substituição de componentes com vida útil controlada e inspeções cumpridas.

2.2. O serviço de CTM comporá o CUSTO FIXO MENSAL e será apresentado mensalmente sob a forma de relatórios computadorizados, apresentados impressos e/ou em mídia eletrônica, contendo no mínimo os seguintes dados:

2.2.1. Dados gerais atualizados sobre horas de voo, horas de uso do(s) motor(es), pousos e ciclos, além dos vencimentos das principais inspeções, IAM, peso e balanceamento, licença de estação, seguros e DENTEL;

2.2.2. Relação de inspeções a serem cumpridas;

2.2.3. Controle de componentes com vida útil controlada/limitada;

2.2.4. Controle de aplicabilidade de diretrizes de aeronavegabilidade;

2.2.5. Controle de aplicabilidade de boletins de serviço mandatório e recomendado;

2.2.6. Controle da atualização dos conjuntos de manuais das aeronaves.

2.3. A CONTRATADA arcará com toda a responsabilidade referente ao pagamento de multas ou quaisquer ônus provenientes da não observância de algum dos itens referentes ao serviço de controle técnico, ao descumprimento a qualquer recomendação, boletim ou instrução emitida pela ANAC ou pelo fabricante da aeronave durante a vigência do contrato, bem como será responsabilizada por qualquer falha na realização dos serviços;

2.4. Será fornecida pela CONTRATADA, uma pasta contendo todas as listagens referentes aos controles descritos. Estas listagens serão atualizadas sempre que cada aeronave cumprir uma inspeção periódica de seu programa de manutenção acima de 200 (duzentas) horas de voo ou a cada mês, o que ocorrer primeiro. Neste caso, a CONTRATADA enviará ao SMAN/CAOP/DIREX/PF o conjunto de listagens atualizadas para inserção na pasta, juntamente com a fatura de cobrança do valor fixo mensal;

2.5. A CONTRATADA enviará a CONTRATANTE extratos das inspeções a serem realizadas na(s) aeronave(s) e seu(s) motor(es) e dos vencimentos dos componentes com vida útil limitada e de Diretivas Técnicas mandatórias com, no mínimo, 30 (trinta) dias ou 100 (cem) horas de voo de antecedência, o que ocorrer primeiro, à realização do serviço adequado para o seu cumprimento;

2.6. O serviço de controle técnico inclui os serviços de revisão e/ou atualização das publicações e biblioteca técnica da AERONAVE que se encontram no SMAN/CAOP/DIREX/PF, tais como: manuais de voo, manuais dos motores e estruturais manuais de manutenção, catálogos de peças, dentre outras;

2.7. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela revalidação do sistema de navegação GPS que estiverem disponíveis ou instalados nas aeronaves, das licenças e/ou certificados necessários para a correta operação de cada aeronave;

2.8. Os custos referentes às assinaturas do item anterior serão repassados ao CONTRATANTE com a apresentação de orçamento, conforme modelo do Anexo IV do Termo de Referência. A periodicidade para revalidação ou atualização será semestral.

2.9. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE as informações relativas ao controle técnico na forma prevista, sempre que solicitado, bem como permitir total acesso aos dados de controle técnico da AERONAVE em poder da empresa.

## **3. CLAÚSULA TERCEIRA - SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO**

3.1. Os Serviços Eventuais de Manutenção compreendem aqueles não cobertos pelo Custo Fixo Mensal, que serão apresentados em orçamento próprio para cada evento.

3.2. Esses serviços são subdivididos em **Serviços Eventuais de Manutenção, a serem prestados diretamente pela CONTRATADA** no qual o pagamento pela mão-de-obra técnica será feito na forma de homem/hora, se prestados diretamente pela CONTRATADA; ou **Serviços Eventuais de Manutenção e Locação de Componentes Subcontratados**, caso a CONTRATADA não possa realizá-los diretamente e deva se valer de subcontratação.

3.3. Os Serviços Eventuais de Manutenção compreendem, mas não se limitam, aos seguintes serviços:

3.3.1. **SERVIÇOS DE REPAROS ESTRUTURAIS:** são todos os serviços previstos no Manual de Reparos Estruturais do fabricante das aeronaves.

3.3.2. **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE TERCEIRO NÍVEL:** são os serviços não cobertos pelo APOIO OPERACIONAL, que necessitam de inspeção detalhada do COMPONENTE em bancada e/ou teste em banco de provas, como, por exemplo, a revisão geral de motor.

3.3.3. **SERVIÇOS DE PINTURA EXTERNA E INTERNA:** são todos os serviços relacionados à pintura geral de aeronave conforme esquema de pintura no padrão de cor e textura aprovado pela CAOP.

**3.3.4. SERVIÇOS DE CAPOTARIA:** são todos os serviços relacionados à manutenção e recuperação dos assentos e encostos dos bancos dos pilotos e passageiros.

**3.3.5. CUMPRIMENTO DE DIRETIVAS TÉCNICAS** que não puderem ser cumpridas pelo mecânico responsável pela MANUTENÇÃO DE CAMPO.

**3.3.6. SERVIÇOS DE ENVIO E COLETA DE COMPONENTES:** são os serviços de frete para o envio e a coleta de componentes que necessitem passar por serviços eventuais de manutenção.

**3.3.7. SERVIÇOS ESPECIAIS:** são todos aqueles necessários à manutenção da aeronave descrita na Cláusula Terceira do Termo de Referência e que demandam Certificados de Homologação distintos dos exigidos para os Serviços Programados.

**3.3.8. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AVIÔNICOS:** São os serviços de eletrônica que não puderem ser realizados pelo mecânico responsável pela MANUTENÇÃO DE CAMPO.

Brasília/DF, 10 de outubro de 2017.

#### ANEXO IV

#### PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS PARA A MANUTENÇÃO DE GRAND CARAVANS

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR MENSAL PR-AAB (R\$)	VALOR MENSAL PR-AAC (R\$)	VALOR TOTAL ANUAL (R\$)
1	1	<b>APOIO TÉCNICO OPERACIONAL:</b> É o valor a ser pago à Contratada mensalmente pela prestação de serviços de Manutenção Aeronáutica compreendido em: Manutenção de Campo e Serviços Programados de Manutenção, conforme descrito no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.	12 (meses)	21.000,00	21.000,00	504.000,00
	2	<b>CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO:</b> É o valor a ser pago à Contratada mensalmente pela prestação do serviço de Controle Técnico de Manutenção conforme descrito no item 7.1.2 do Termo de Referência e na Cláusula Segunda do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.	12(meses)	2.500,00	2.500,00	60.000,00
	3	<b>SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO:</b> É o valor a ser pago por serviços de manutenção aeronáutica a serem prestados de forma eventual diretamente pela Contratada, conforme descrito no item 7.1.3 do Termo de Referência e na Cláusula Terceira do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.	400 (homem-hora por 12 meses)	R\$ 74.804,00		
	4	<b>SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES SUBCONTRATADOS:</b> É o valor a ser pago por serviços de manutenção aeronáutica a serem SUBCONTRATADOS, conforme descrito no item 7.1.3.1.2 e nas Cláusulas Nona do Termo de Referência e na Cláusula Terceira do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas. <b>Não haverá concorrência nesse item, devendo as empresas lançar o valor já fixado.</b>	12(meses)	R\$ 300.000,00		
	5	<b>RESSARCIMENTO PELO TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DO MECÂNICO:</b> Nos casos de necessidade de atendimento fora da base de Brasília/DF ou da sede da CONTRATADA, pelo mecânico da MANUTENÇÃO DE CAMPO, o valor referente à mão-de-obra está incluso no custo fixo mensal pago pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATANTE ressarcir a CONTRATADA os valores referentes ao transporte e hospedagem do mecânico. <b>Não haverá concorrência nesse item, devendo as empresas lançar o valor já fixado.</b>	12(meses)	R\$ 60.000,00		
	6	<b>FORNECIMENTO DE COMPONENTES:</b> É o valor a ser pago pelo fornecimento de componentes aeronáuticos pela Contratada, conforme descrito no item 7.2 do Termo de Referência. <b>Deverá ser lançado o valor percentual da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%) sobre o valor unitário (R\$ 500.000,00).</b> O item foi estimado com o valor estabelecido para peças (R\$ 500.000,00) acrescido de taxa de administração de 33,4% (R\$ 167.000,00).	12 (meses)	33,4% (R\$ 667.000,00)		
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (R\$)</b>				<b>R\$ 1.665.804,00</b>		

#### ANEXO V

#### MODELO DE FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO/MATERIAL UTILIZADO PELO SMAN/CAOP/DIREX/PF

<b>SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO/MATERIAL</b>	
Nº 000/20XX	DATA: 00/00/20XX

AERONAVE		
( ) PR-AAB		( ) PR-AAC

  

TIPO DE SERVIÇO		
( ) INSPEÇÃO:	LOCAL:	DATA PREV.:
( ) MANUTENÇÃO CORRETIVA:		
( ) FORNECIMENTO DE COMPONENTE		
( ) REVISÃO DE COMPONENTE:		
( ) PEDIDO DE ORÇAMENTO PEÇA/SERVIÇO:		
( ) OUTROS:		
<hr/> Núcleo de Manutenção de Aviões		

  

RECEBIDO POR:	DATA:
OBS.:	
XX	

**ANEXO VI**

**MODELO DE FORMULÁRIO DE ORÇAMENTO DE SERVIÇOS QUE A CONTRATADA DEVERÁ UTILIZAR**  
**(ACOMPANHA O CORPO DESTESSE PROCESSO EM PLANILHA ELETRÔNICA FORMATO .XLS- DOCUMENTO SEI 2002314 )**

**ANEXO VII**

**FLUXOGRAMA DO TRÂMITE DA DOCUMENTAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS/PRODUTOS AERONÁUTICOS**

**SMAN**

Faz a solicitação do orçamento para a organização de manutenção de produto aeronáutico contratada

**OFICINA**

- Caso necessário elabora o orçamento em formulário próprio.
- Sendo material de terceiros, elabora com a menor cotação.
- Envia para SUP/SMAN/CAOP o orçamento com as demais cotações.
- Não sendo possível as três cotações, justificar.

**SUP/SMAN/CAOP**

- Analisa o orçamento.
- Compara as cotações.
- Não sendo aprovado devolve à oficina justificando, para a elaboração de novo orçamento.
- Sendo aprovado devolve à oficina para a execução do serviço ou aquisição do produto aeronáutico.

**OFICINA**

- Realiza o serviço ou adquire o produto aeronáutico.
- Envia para o SUP/SMAN/CAOP a nota fiscal para faturamento, juntamente com cópia do orçamento aprovado.

**SUP/SMAN/CAOP**

-Constata a conclusão do serviço ou da aquisição do produto aeronáutico, conforme orçamento aprovado.

-Atesta nota fiscal e envia para o responsável da Manutenção de Aviões.

-O responsável pela Manutenção de Aviões, confere, atesta a nota fiscal e envia para o Chefe do SMAN.

-O Chefe do SMAN, confere, atesta a nota fiscal e devolve ao SUP/SMAN/CAOP.

-O SUP/SMAN/CAOP envia a nota fiscal para a COAD/DLOG/PF para fins de pagamento.

**ANEXO VIII****MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA****DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Declaro para os devidos fins de apresentação de documentos de habilitação relativos ao Pregão nº \_\_\_\_\_ - COAD/DLOG/PF, que a Empresa \_\_\_\_\_, vistoriou as aeronaves com prefixo PR-AAB e prefixo PR-AAC objeto do Termo de Referência, bem como seus documentos de registro e que na ocasião foram sanadas todas as dúvidas de ordem técnica.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Chefe do SMAN/CAOP/DIREX/PF

[1]Essas definições foram extraídas da versão revisada do Plano Estratégico 2007/2022, aprovada como Anexo I da Portaria nº 1735/2010-DG, de 3 de novembro de 2010, publicada no Boletim de Serviço da Polícia Federal nº 209, de 4 de novembro de 2010.



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR RIBEIRO JANSEN, Agente de Polícia Federal**, em 10/10/2017, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC, Chefe de Serviço - Substituto(a)**, em 10/10/2017, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON SOARES GONCALVES, Coordenador(a)**, em 17/10/2017, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4281209** e o código CRC **A03611F8**.

